

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 098/2021
Data: 28/06/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

| | |
|---|-----------|
| A TRIBUNA DIGITAL (SP) | 4 |
| REALITY 'PORTO 360°- O DESAFIO' ABRE INSCRIÇÕES NESTA SEGUNDA; VEJA COMO PARTICIPAR..... | 4 |
| 'TRABALHO PORTUÁRIO NÃO DEIXA DE EXISTIR, MAS CONFIGURAÇÃO FICARÁ MAIS DISTINTA' , DIZ LUCAS RÊNIO..... | 5 |
| CORREIOS COMEÇAM A TRANSPORTAR CARGAS PELO MAR | 7 |
| NAVIO CAP SAN ANTONIO FARÁ REPAROS NO CAIS DA MARINHA | 8 |
| ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS | 8 |
| ANTAQ ECONOMIZA MAIS DE R\$ 16 MILHÕES COM ALUGUEL | 8 |
| PORTAL PORTO GENTE | 9 |
| CAMPANHA VOU DE TÚNEL REALIZA AÇÃO COM POPULAÇÃO DA BAIXADA SANTISTA | 9 |
| BRASIL PERDE 2,4 BI POR ANO COM A FALTA DE TRATAMENTO DO SEU LIXO URBANO | 11 |
| SANTOS 2050 POTENCIALIZA INVESTIMENTOS NA REFORMA DO PORTO | 12 |
| JUSTIÇA ARQUIVA AÇÃO CONTRA PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO | 13 |
| O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP | 15 |
| AUTORIDADES PORTUÁRIAS ADOTAM RESPOSTAS COMUNS PARA DESAFIOS EMERGENTES | 15 |
| COALIZÃO PORTUÁRIA SE REÚNE COM SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, DIOGO PILONI. | 16 |
| GOVERNO DEBATE NOVAS REGRAS PARA EMBARQUES EM REUNIÃO VIRTUAL COM EXPORTADORES DE CAFÉ..... | 16 |
| TERMINAL DE CONTÊINERES DE YANTIAN DA CHINA RETOMANDO OPERAÇÕES NORMAIS | 17 |
| SANTOS BRASIL OPERA 39 KM DE CABOS DE FIBRA ÓTICA NO TCG DE IMBITUBA (SC) | 18 |
| TCP SE CONSOLIDA COMO MAIOR TERMINAL REEFER DO BRASIL | 19 |
| AVANÇA DEBATE SOBRE A DUPLICAÇÃO DO ACESSO QUE LIGA A BR-101 AO PORTO DE IMBITUBA..... | 20 |
| GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF | 20 |
| PESAGEM POR EIXO VAI PERMITIR POLÍTICAS PÚBLICAS MAIS EFICIENTES NO TRANSPORTE DE CARGAS | 21 |
| NOVO CONTORNO RODOVIÁRIO EM CORIBE (BA) VAI FACILITAR ESCOAMENTO DA SAFRA DE GRÃOS | 21 |
| LEILÕES PARA ARRENDAMENTO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS TRARÃO R\$ 160 MILHÕES EM INVESTIMENTOS | 22 |
| ISTOÉ - DINHEIRO | 22 |
| OUTORGA MÍNIMA DE BLOCO 3 DA CEDAE PODERÁ SUBIR A R\$ 3 BI, DIZ GOVERNADOR DO RIO..... | 22 |
| CHINA VAI INVESTIGAR MERCADO DE UREIA APÓS AUMENTO DE PREÇOS | 23 |
| ECONOMIA CRIA PRÊMIO PARA PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO | 24 |
| NOVA DEBÊNTURE DE INFRAESTRUTURA DEVE SER VOTADA EM JULHO PELA CÂMARA | 24 |
| CONFIANÇA DA INDÚSTRIA SOBE 3,4 PONTOS EM JUNHO, A 107,6 PONTOS, DIZ FGV | 25 |
| MONEYTIMES | 25 |
| DEPUTADO APRESENTA PARECER FAVORÁVEL A VOTO IMPRESSO NA URNA ELETRÔNICA | 25 |
| NEOENERGIA VAI PAGAR CERCA DE R\$ 170,7 MILHÕES EM JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO | 26 |
| LICITAÇÃO DO BLOCO 3 DA CEDAE DEVE ATINGIR R\$ 3 BILHÕES..... | 26 |
| ESTADO DE MINAS - MG | 28 |
| PETROBRAS INICIA CONTRATAÇÃO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO PARA A REPLAN..... | 28 |
| AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS | 29 |
| GOVERNO FEDERAL PUBLICA MP DA CRISE ENERGÉTICA..... | 29 |
| GOVERNO ACIONA STF CONTRA TENTATIVA DE MINAS GERAIS DE TOMBAR RESERVATÓRIOS HÍDRICOS | 31 |
| DEMANDA DE HIDROGÊNIO DEVE SUPERAR 200 MILHÕES DE TONELADAS EM 2030, DIZ IEA..... | 33 |
| PETROBRAS ABRE LICITAÇÃO PARA NOVA UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO NA REPLAN..... | 35 |
| JORNAL O GLOBO – RJ | 35 |
| MEDIDA PROVISÓRIA CENTRALIZA GESTÃO DA CRISE HÍDRICA PARA EVITAR RACIONAMENTO DE ENERGIA | 35 |
| AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR DEVE SER PARA PREMIAR, E NÃO PUNIR, DIZ RELATOR DA REFORMA ADMINISTRATIVA | 37 |
| PETROBRAS, BANCO DO BRASIL E MAIS TRÊS GRANDES ESTATAIS CORTAM 25% DO PESSOAL EM SEIS ANOS | 38 |
| CRISE HÍDRICA JÁ AMEAÇA NEGÓCIOS NO ENTORNO DE RESERVATÓRIOS, DE TURISMO A AGRICULTURA..... | 38 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO - SP | 41 |
| AGRONEGÓCIO PASSOU A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ, DIZ GUEDES | 41 |
| MAIS SAUDÁVEL, ELETROBRÁS AINDA INVESTE POUCO | 42 |
| CIMAR AZEREDO PEREIRA É EFETIVADO DIRETOR DE PESQUISAS DO IBGE..... | 44 |



| | |
|---|-----------|
| MP DÁ PODER A MINISTÉRIO PARA ENFRENTAR CRISE HÍDRICA, MAS TEXTO EXCLUI 'RACIONALIZAÇÃO COMPULSÓRIA' | 44 |
| REFORMA DO IR PROPÕE DISTRIBUIR RENDA COM MAIS 'JUSTIÇA', DIZ ASSESSOR DE GUEDES | 45 |
| VALOR ECONÔMICO (SP)..... | 48 |
| PETROBRAS ABRE LICITAÇÃO PARA NOVA UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO NA REPLAN..... | 48 |
| BB FECHA ACORDO COM BANCO DOS BRICS PARA FINANCIAR ARMAZENAGEM..... | 49 |
| G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO | 49 |
| NAVIO QUE DESTRUIU PÍER DE TRAVESSIA DE BALSAS ATRACA EM CAIS DA MARINHA NO PORTO DE SANTOS PARA REPAROS..... | 49 |
| FOLHA DE SÃO PAULO - SP | 51 |
| RIO BUSCA ATÉ R\$ 12 BILHÕES COM REVISÃO DE RECEITA DO PETRÓLEO | 51 |
| AGÊNCIA BRASIL - DF | 53 |
| ANP ASSINA CONTRATOS DO 2º CICLO DA OFERTA PERMANENTE | 53 |
| PORTAL PORTOS E NAVIOS..... | 54 |
| SNPTA AVALIA FORMAS DE FORTALECER ISPS CODE E AUMENTAR SEGURANÇA PORTUÁRIA | 54 |
| EMAP ADERE A PROJETO DE ÉTICA E INTEGRIDADE EMPRESARIAL..... | 55 |
| PRIMEIRO NAVIO COMERCIAL 3D DOS EUA ESTÁ EM CONSTRUÇÃO | 56 |
| PORTO DE CABEDELO BATE RECORDE DE MAIS DE 13 MIL TONELADAS DE PETCOKE MOVIMENTADAS EM 24 HORAS | 57 |
| SPA LANÇA EDITAL PARA CESSÃO DE DUAS ÁREAS COMERCIAIS NO PORTO DE SANTOS..... | 57 |
| PRÉ-SAL PETRÓLEO DIVULGA RELATO INTEGRADO 2020 | 59 |
| COMPLEXO DO PECÉM TERÁ FÁBRICA DE GERADORES | 60 |
| BIMCO ESPERA QUE A FROTA MUNDIAL CRESÇA EM RITMO MAIS LENTO NOS PRÓXIMOS 5 ANOS..... | 61 |
| LEILÃO PARA ARRENDAMENTO DE ÁREA DO PORTO DE SALVADOR SERÁ DIA 13 DE AGOSTO | 61 |
| LICITAÇÃO DO TERMINAL DE GRANEL SÓLIDO VEGETAL DO PORTO DE FORTALEZA SERÁ EM 13 DE AGOSTO | 62 |
| UE INCLUIRÁ O TRANSPORTE MARÍTIMO NO MAIOR MERCADO DE CARBONO DO MUNDO | 62 |
| MSC ADQUIRE MAIS CINCO PORTA-CONTÊINERES | 63 |
| MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA | 64 |
| MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS | 64 |

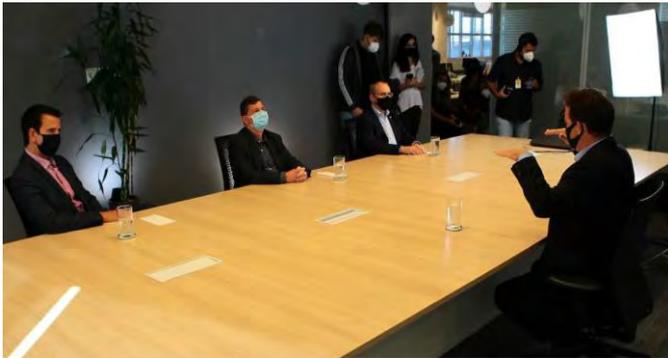


A TRIBUNA DIGITAL (SP)

REALITY 'PORTO 360°- O DESAFIO' ABRE INSCRIÇÕES NESTA SEGUNDA; VEJA COMO PARTICIPAR

Programa será exibido nas redes sociais do Grupo Tribuna e ganhadores serão contratados por terminais

Por: Redação



Gravação do primeiro episódio do programa reuniu, na semana passada, executivos de terminais e o apresentador Maxwell Rodrigues
Foto: Alexander Ferraz/AT

As inscrições para o reality show Porto 360° - O Desafio começa hoje e prosseguem até 11 de julho por meio do site. No mesmo endereço, está o regulamento para quem quiser participar da seleção.

A estreia com o primeiro episódio ocorrerá em 5 de agosto e, a partir daí, o programa será exibido semanalmente, sempre às quintas-feiras, até 23 de setembro. A exibição acontecerá, simultaneamente, no Facebook do Grupo Tribuna e no Youtube do Jornal A Tribuna.

O projeto inovador colocará o Porto de Santos no centro das atenções, discutirá as principais dificuldades do complexo e buscará soluções para que essas questões sejam resolvidas. O programa comandado pelo apresentador Maxwell Rodrigues reunirá alguns dos principais executivos do setor, ao lado de pessoas que terão seus nomes definidos após um processo seletivo com os inscritos.

O primeiro reality show da vida corporativa do Porto de Santos terá oito episódios. Ao lado de Maxwell Rodrigues, os executivos Ricardo Arten, da Brasil Terminal Portuário (BTP), Fábio Siccherino, da Dubai Ports World (DPW) Santos, e Roberto Teller, da Santos Brasil, definirão um problema para que nove participantes, divididos em três grupos de três pessoas, ajudem a solucionar.

A equipe que apresentar o melhor projeto será contemplada com vagas de emprego nos terminais e ainda concorrer a 1 MBA na Strong FGV.

Durante o programa, os três grupos serão mentorados por equipes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e da Strong FGV, que darão suporte em todos os aspectos para que os participantes entreguem a melhor solução exigida pelos executivos. Durante a programação da TV Tribuna, os telespectadores poderão acompanhar alguns trechos das gravações.

No primeiro episódio, que já foi gravado, os executivos definiram os problemas do Porto e qual deles deverá ser solucionado. Já no segundo e no terceiro, Rodrigues mostrará o processo seletivo dos candidatos. Do quarto ao sétimo, o Porto 360° - O Desafio trará dinâmicas e a resolução dos problemas. No último episódio, haverá a definição dos vencedores.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 28/06/2021

'TRABALHO PORTUÁRIO NÃO DEIXA DE EXISTIR, MAS CONFIGURAÇÃO FICARÁ MAIS DISTINTA', DIZ LUCAS RÊNIO

Presidente da Comissão de Direito Portuário da OAB de Santos é entrevistado de A Tribuna
Por: *Leopoldo Figueiredo*



“O trabalho portuário ficará cada vez mais distinto”, diz o especialista - Foto: Matheus Tagé/AT

O avanço da tecnologia tem alterado as operações nos portos e, conseqüentemente, o próprio trabalho portuário. E cabe a esses trabalhadores se adaptar à nova realidade e, principalmente, se requalificar. A análise é do advogado e especialista em trabalho portuário Lucas Rênio. Sócio da Ruy de Mello Miller Advocacia e presidente da Comissão

de Direito Portuário da seccional de Santos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ele destaca que já há uma tendência de redução do trabalho portuário avulso e de um aumento da atividade vinculada, com a contratação desses profissionais pelos terminais. E nesse cenário, novas qualificações se mostram estratégias. Esses e outros aspectos do futuro da atividade laboral portuária serão tratados por Rênio no webinar Trabalho Portuário: Passado, Presente e Futuro, a ser realizado na próxima quinta-feira, às 9 horas (confira detalhes sobre como assistir o debate no destaque ao lado). Na entrevista a seguir, ele destaca algumas das mudanças previstas para o cotidiano dos trabalhos portuários nas próximas décadas.

Os avanços tecnológicos das últimas décadas, em especial a maior utilização de os sistemas automatizados, tiveram um grande impacto nas atividades econômicas, inclusive na portuária. Em relação aos trabalhadores portuários avulsos, nesse processo, temos uma gradativa redução no número de profissionais nas equipes de trabalho, nos ternos. Com a continuidade dessa evolução, que novos impactos podemos esperar para os avulsos?

Os benefícios da evolução tecnológica são inegáveis e estão presentes nos mais diversos segmentos da sociedade. No caso específico do porto, esse fenômeno evolutivo tem se revelado indispensável para que os players do setor atendam padrões cada vez mais elevados de eficiência, segurança e agilidade impostos pela logística globalizada. Essas inovações têm transformado as características do trabalho portuário nas últimas décadas, reduzindo drasticamente a necessidade de esforço humano na movimentação das cargas. Em razão disso as fainas vão se tornando ambientalmente mais saudáveis e operacionalmente mais técnicas. O contêiner e o shiploder (equipamento de carregamento de cargas a granel, tradicionalmente grãos ou sacarias) são exemplos clássicos desse cenário de modernização, que se intensifica quando olhamos para a 4ª Revolução Industrial e a expansão do conceito de terminal portuário automatizado - ghost terminal. O trabalho portuário não deixará de existir, mas sua configuração ficará cada vez mais distinta. Os trabalhadores portuários da atualidade precisam se adaptar e concentrar esforços no sentido de uma requalificação profissional que envolva operação remota de aparelhos, manutenção de equipamentos etc. Assim como já aconteceu com os consertadores diante do contêiner e os conferentes quanto ao sistema informatizado dos terminais de granel sólido, outras atividades se tornarão obsoletas num futuro próximo. Nos terminais automatizados, por exemplo, os terminais tractors (caminhão de pátio) ocupados por operadores dão lugar a AGVs (Automated Guided Vehicles ou, em tradução livre, veículos autoguiados) sem motoristas. O redirecionamento profissional para o exercício de outras atividades, dentro ou fora do porto, é uma das principais medidas preconizadas pela OIT (Organização Internacional do Comércio) em sua Recomendação n. 145 para atenuar os impactos sociais da modernização.

Sobre os terminais portuários totalmente automatizados ou controlados remotamente - os ghost terminals, como disse - já são uma realidade em complexos marítimos do Mar do Norte e no Extremo Oriente. Podemos esperar essa realidade para o Brasil? Quando?

O Brasil precisa acompanhar as tendências de melhores práticas e de ritmo operacional que vigoram no contexto internacional, sob pena de ficar marginalizado em termos de logística globalizada. O incremento de produtividade de um ghost terminal gira em torno de 30%, além da redução dos riscos de acidentes e da economia com custos operacionais. Apesar do alto investimento envolvido e da complexidade técnica de um projeto desse tipo, é crível que nas próximas duas décadas o Brasil conte com projetos concretos de terminais totalmente automatizados. Isso sem prejuízo, num menor espaço de tempo, da crescente automação de setores dos terminais já existentes.

No artigo A Convenção nº 137 da OIT e o futuro do trabalho portuário no Brasil, de sua autoria com o procurador do trabalho e coordenador nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário do Ministério Público do Trabalho, Augusto Grieco Sant'Anna Meirinho, vocês destacam que "num futuro inevitável, o seu 'trabalho nos portos' (dos trabalhadores portuários avulsos) não será mais no navio, no cais, no pátio e talvez nem mesmo na operação". No início dessa entrevista, o sr. também citou a necessidade do avulso se adaptar e ser redirecionado. O avulso continua existindo no futuro do setor?

O trabalho portuário é o exemplo mais conhecido de contratação sob a modalidade avulsa, e isso se deve às origens do comércio marítimo com suas sazonalidades e irregularidades nas escalas das embarcações. Essa já não é mais a realidade dominante, e muitos portos contam atualmente com fluxos operacionais regulares. Essa regularidade, somada às vantagens de a empresa contar com uma equipe recrutada, treinada e coordenada por ela própria, tem gerado uma tendência de redução do espaço para o trabalho avulso. O tamanho e a velocidade dessa redução de espaço para o trabalho avulso dependerão muito da sua atratividade em termos de custo, qualificação e disciplina. Vale destacar que a Lei n. 12.815/2013 (atual marco regulador do setor), assim como já ocorria com a Lei n. 8.630/1993 (antiga Lei dos Portos), garante ao operador portuário o direito de contar com uma equipe operacional 100% vinculada. Conforme previsto na Convenção n. 137 da OIT, que é hierarquicamente superior à Lei dos Portos, o pessoal inscrito no Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) tem prioridade para a vinculação empregatícia. Essa linha do critério preferencial é reforçada pelos Princípios Constitucionais da Livre Iniciativa e da Liberdade Profissional, além do próprio sentido histórico da mens legis envolvida no texto da Lei dos Portos de 1993.

Seguindo esse raciocínio, em uma redução do espaço para o avulso, qual o futuro do Órgão Gestor de Mão de Obra? Em abril, decisão do TST abriu um precedente para que as empresas contratem avulsos pelos sindicatos e não pelo Ogmo. Nesse futuro cenário do trabalho portuário, teremos uma revalorização dos sindicatos, em detrimento ao Ogmo?

Além de ilegal sob o prisma de uma interpretação sistemática e teleológica da Lei dos Portos, da CLT e da Constituição Federal, a escalção de trabalhadores por parte dos sindicatos é um retrocesso histórico. Assim como aconteceu em Portugal e em outros países, o processo de transição do trabalho portuário precisa andar pra frente e não pra trás. Os sindicatos devem concentrar esforços em temas como a preparação dos seus representados para a crescente automação das operações, por exemplo. A Lei de 1993, assim como a de 2013, seria inaceitavelmente autofágica e contraditória se criasse uma instituição para gerir o trabalho avulso em substituição aos sindicatos e, ao mesmo tempo, permitisse que um simples pacto coletivo privado afastasse tal instituição da sua tarefa primordial. Aliás, nos termos do art. 611-B da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), qualquer acordo coletivo ou convenção coletiva que exclua o Ogmo da gestão do trabalho avulso é ilegal pelo fato de que compromete questões de saúde, higiene e segurança do trabalho. Futuramente os Ogmos podem ser transformados em Empresas de Trabalho Portuário (ETPs), assim como foi previsto para os Ogmos em Portugal. No modelo em referência, podem funcionar duas ou mais ETPs em cada porto, concorrendo entre si, num sistema parecido com a tercerização ou o trabalho temporário. De qualquer forma, o Ogmo do presente precisa ser empoderado no exercício das suas atribuições para que tenha mais liberdade e segurança jurídica para lidar, por exemplo, com questões de seleção, disciplina e controle de contingente do trabalho avulso.

Nesse mesmo artigo sobre o futuro do trabalho portuário no Brasil, vocês destacam a necessidade dessa migração profissional. Algo semelhante chegou a ser proposto no processo de modernização dos portos, quando as operações foram privatizadas nos anos 90. Nessa época, falava-se muito do portuário se tornar um profissional multipropósito. E isso acabou não ocorrendo. Agora, com a automação, teremos essa migração profissional? Por quê essa situação teria um resultado diferente do que o registrado nos anos 90? E como garantir essa migração?

Desde 1973 a OIT preconiza, através da sua Recomendação n. 145, que a multifuncionalidade é uma das medidas necessárias e eficazes para o futuro sustentável do trabalho portuário. A referida norma internacional dispõe que o "número de categorias especializadas deveria ser reduzido e deveriam ser modificadas suas atribuições, na medida em que estiver sendo modificada a natureza do trabalho, e que um número mais elevado de trabalhadores se capacitem para efetuar uma variedade maior de tarefas", e que deveria "ser suprimida, quando possível, a distinção entre trabalho a bordo e trabalho em terra, afim de conseguir uma maior possibilidade de intercâmbio de mão-deobra, maior flexibilidade na designação do trabalho e maior rendimento das operações". No Brasil, esse instituto ficou travado durante as últimas décadas devido à exigência legal de que houvesse negociação coletiva para a sua implantação no trabalho avulso. A Lei n. 14.047/2020 (que fez uma minirreforma na Lei dos Portos) retirou essa exigência e trouxe uma boa expectativa no sentido de que a multifuncionalidade vá se desenvolver. No trabalho vinculado, a atuação multifuncional nunca dependeu de negociação coletiva, mas o tema não tem avançado em virtude de resistências culturais. A questão precisa avançar tanto no trabalho avulso quanto no vinculado, pois é peça-chave para a produtividade das operações e a garantia de oportunidades para os trabalhadores.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 28/06/2021

CORREIOS COMEÇAM A TRANSPORTAR CARGAS PELO MAR

Carga com 430 toneladas de livros didáticos partiu do Porto de Santos
Por: Agência Brasil



Correios pretende usar a 'navegação de cabotagem' para distribuição das cargas
Foto: Carlos Nogueira/ AT

Do Porto de Santos saiu a primeira carga de um projeto dos Correios. A empresa anunciou o início de operações de transporte de cargas pelo mar, por meio da chamada 'navegação de cabotagem'. Nesse meio de transporte são empregadas embarcações que fazem trajetos entre portos em diferentes locais do

país.

O novo meio de transporte passou a ser usado de forma experimental. Foi levada uma carga de 430 toneladas de livros didáticos. A embarcação saiu do Porto de Santos, com programação de deixar lotes nos portos de Salvador (BA), Suape (PE), Mucuripe (CE) e Manaus (AM).

Na avaliação da empresa, a modalidade marítima pode oferecer benefícios e vantagens, como a redução de custos operacionais, um menor índice de avarias, menos risco de roubos e outros delitos envolvendo a carga, além de menos dispêndio de energia.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 28/06/2021

NAVIO CAP SAN ANTONIO FARÁ REPAROS NO CAIS DA MARINHA

Embarcação concluiu a descarga de 900 contêineres e ficará atracada no Macuco, em Santos

Por: *Fernanda Balbino*



Embarcação passará por reparos e vistorias nos próximos dias - Foto: Matheus Tagé/AT

O Cap San Antonio concluiu, na tarde desta sexta (25), a descarga de cerca de 900 contêineres na Brasil Terminal Portuário (BTP), na Alemoa. Agora, a embarcação está atracada no cais da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), onde passará por reparos e vistorias nos próximos dias.

As caixas metálicas descarregadas na BTP serão enviadas, pela Hamburg Sud, que faz parte do grupo Maersk, aos clientes. Antes do acidente, a carga tinha como destino o porto de Paranaguá (PR).

Agora, com a mudança de berço de atracação, o Cap San Antonio deverá ser vistoriado por equipes da Marinha do Brasil. Isto porque a Autoridade Marítima abriu um inquérito para apurar as causas do acidente que causou a destruição do atracadouro da balsa, no lado de Guarujá, no último domingo.

Ainda não há previsão de quanto tempo deve ser necessário para o conserto da embarcação. Mas o trabalho será grande. No acidente, o porta-contêineres de 333 metros de comprimento teve tanques de lastro avariados, com água saindo do casco, próximo à linha d'água.

Esses tanques armazenam a água de lastro, que é distribuída por todo o navio para manter o equilíbrio da embarcação. Cada área do cargueiro recebe mais ou menos água, de acordo com a distribuição do peso das cargas a bordo.

Equipes do Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) também devem ir a bordo do Cap San Antonio nos próximos dias. A ideia é apurar se há risco de poluição do estuário durante os trabalhos.

A autoridade ambiental também pretende acompanhar os trabalhos de reconstrução do atracadouro. Neste caso, o objetivo é evitar que haja descarte de estruturas e o uso de materiais que podem causar dano ambiental.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 28/06/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ ECONOMIZA MAIS DE R\$ 16 MILHÕES COM ALUGUEL

Esse valor é referente à locação dos espaços para as unidades regionais da Agência e abrange os últimos cinco anos

AANTAQ economizou nos últimos cinco anos cerca de R\$ 16,6 milhões com redução de aluguel das sedes das unidades regionais. A informação foi dada pelo superintendente de Administração e

Finanças, Joelson Miranda, durante o 25º Fórum SPOA, organizado pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia e realizado, virtualmente, nesta sexta-feira (25).

A Unidade Regional de Corumbá está instalada em um espaço a custo zero.

Isso porque o escritório da ANTAQ no Mato Grosso Sul está em um imóvel fornecido pela Agência Municipal Portuária (AGEMP). Antes a Agência tinha um custo de R\$ 412 mil/ano

Essa economia só foi possível devido a ações da Agência que resultaram na cessão de imóveis de outros órgãos, no compartilhamento de espaços e serviços ou na mudança de endereço para um local onde o aluguel fosse mais baixo. Um exemplo disso é a Unidade Regional do Rio de Janeiro, que está instalada em um imóvel fornecido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Se não fosse a cessão, a ANTAQ pagaria R\$ 961,6 mil por ano de aluguel e demais despesas acessórias. Com a cessão, esse valor passou a ser de R\$ 70,6 mil por ano, queda de 93%.

Outro exemplo é a Unidade Regional de Porto Velho, que está compartilhando um espaço com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam). Antes, o custo da Unidade era de R\$ 526 mil por ano, agora é de R\$ 33,9 mil, redução de 94%.

Miranda também apresentou a redução de gastos com o aluguel da sede da ANTAQ em Brasília. Atualmente, a Agência paga por mês R\$ 378 mil, mas esse valor já foi de R\$ 520 mil. "A ANTAQ tem um orçamento enxuto. Qualquer centavo que conseguimos economizar vale muito", destacou o superintendente.

Segundo Cristiano Heckert, secretário da Gestão no Ministério da Economia, "o exemplo da ANTAQ mostra a toda a Administração Pública que, com boa gestão, é possível reduzir significativamente os gastos de custeio e direcionar esses recursos para melhor atender o cidadão".

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 25/06/2021



Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

CAMPANHA VOU DE TÚNEL REALIZA AÇÃO COM POPULAÇÃO DA BAIXADA SANTISTA

Assessoria de Comunicação

Movimento visitou local onde aconteceu acidente com cargueiro e atracadouro, no Guarujá, e Mercado do Peixe, em Santos, e apresentou para a população as vantagens da obra do túnel imerso, como a segurança, para a ligação seca entre os municípios

A campanha 'Vou de Túnel', que defende projeto do túnel imerso como melhor alternativa para a ligação seca entre Santos e Guarujá, promoveu uma ação no sábado, dia 26 de junho, no Mercado do Peixe, em Santos, e no Guarujá, nas proximidades do local onde ocorreu, no último domingo, o grave acidente envolvendo um cargueiro e o atracadouro de balsas que fazem a travessia às margens do Porto de Santos. O objetivo da 'Blitz da Campanha Vou de Túnel' foi conscientizar e informar a população sobre o projeto do túnel e reforçar as vantagens da obra, especialmente, a questão da segurança para a comunidade e os benefícios para o desenvolvimento da operação do Porto de Santos.



Acidente ocorrido no dia 19 de junho último com navio no Porto de Santos, que destruiu parte do local das balsas de carros e barcas.

Além de informar a sociedade, a iniciativa colheu novas assinaturas para a petição online que defende o projeto e distribuiu mais de 500 máscaras para os presentes. A blitz seguiu todas as recomendações e protocolos de segurança das autoridades de saúde no combate à COVID -19.

O conselheiro da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos e porta voz da campanha, Eduardo Lustoza explica que a ação visa informar a população sobre o debate da ligação seca e reforçar que o projeto do túnel imerso é a opção mais segura, viável economicamente e a única que atende às necessidades da população e promove o incremento da operação portuária.

"A Blitz da campanha pretende tornar cada vez mais transparente para a população da Baixada Santista o processo decisório sobre a ligação seca, um pleito antigo da comunidade local. É preciso que todos conheçam a fundo o projeto do túnel imerso, a única opção viável para resolução desse gargalo",

declarou.

Lustoza analisa que o túnel é a melhor alternativa pela questão da segurança dos usuários, mas também por promover a inclusão social e sustentabilidade ambiental e econômica. "Além de mais seguro, a escolha deste modal promove a mobilidade urbana já que permite a integração de ciclovias e conta com uma via exclusiva para o Veículo Leve sobre Trilhos, reduzindo o tempo de deslocamento com o transporte público", explica.

Desde o lançamento do movimento, a Campanha "Vou de Túnel" tem promovido ações nas ruas dos municípios da Baixada Santista para conversar com a população sobre os benefícios do projeto túnel imerso, tanto em relação à mobilidade urbana e qualidade de vida, quanto para o desenvolvimento do Porto de Santos, já que o túnel não cria obstáculos físicos no canal de navegação e possibilita a expansão dos negócios.

Acidente

O acidente ocorrido no dia 20 de junho, quando um navio de grande porte colidiu e destruiu atracadouro de balsas causando a interrupção de travessia Santos-Guarujá, reforçou a necessidade de agilidade na definição pelo encaminhamento da obra do túnel imerso entre os municípios. O Ministério da Infraestrutura apresentará uma decisão sobre a obra, ponte ou túnel, até setembro.

Especialistas e autoridades consideram a ligação imersa a alternativa mais segura e eficiente para a travessia na região do Porto de Santos. O ex-presidente da Autoridade Portuária de Santos e porta-voz da campanha Vou de Túnel, Casemiro Tércio de Carvalho destaca que o projeto do túnel imerso é o único que cobre todas as questões relacionadas à segurança, pois não cria uma barreira física no canal de navegação do Porto de Santos. Segundo ele, uma ponte no local aumentaria o risco de acidentes, como colisões em áreas de manobra, já que prejudicaria a manobrabilidade dos navios.

"O incidente é mais uma clara demonstração de que não existe a possibilidade de construção de uma ponte no canal de navegação do maior porto da América Latina. A colisão de um navio com um pilar, por exemplo, causaria uma tragédia de grandes proporções e poderia interromper a navegação no canal, com impactos negativos na operação do Porto de Santos e na economia de todo o país", pondera.

Carvalho lembra que é consenso na comunidade portuária internacional que ligações secas em áreas portuárias devem ser imersas. De acordo com o engenheiro naval, a ligação imersa viabiliza

a passagem de navios cada vez maiores no canal de navegação e segue as recomendações da PIANC (Associação Mundial de Infraestrutura de Transporte Marítimo) que indica a ligação via túnel como a melhor alternativa.

A deputada federal, Rosana Valle, autora do requerimento da audiência pública na Câmara Federal realizada no final de maio para debater a ligação seca, analisa que o recente acidente é mais um fato que atesta a necessidade de escolha do túnel como modal para a ligação seca entre Santos e Guarujá.

" O acidente que aconteceu é mais uma evidência de que o melhor caminho é através do túnel. Se pensarmos em um navio batendo nos pilares de uma ponte, podemos imaginar os prejuízos incalculáveis que poderiam ser causados e, o que é pior, até com vítimas. Abracei essa causa por entender que o setor portuário aprova a ligação seca por meio do túnel. Afinal, é a opção que não afeta a segurança e a expansão do Porto, que é estratégico para o Brasil", argumenta.

A parlamentar destaca que a obra poderá ser incluída no processo de desestatização do Porto de Santos. "Isso significa que ela pode ser custeada pelo privado que vencer a disputa para fazer a gestão do maior Porto da América do Sul. Estou atuando para que essa ligação seca, pleiteada há mais de 100 anos, saia efetivamente do papel", afirma.

Após o acidente, o prefeito do Guarujá, Valter Súman visitou o local e defendeu a escolha do túnel para evitar novas ocorrências na região do porto. Súman afirmou que espera que os governos estadual e federal cheguem a um acordo definitivo para viabilizar a ligação seca entre os municípios.

O presidente da UVEBS (União de Vereadores da Baixada Santista), vereador Betinho Andrade, lamentou o acidente que destruiu um atracadouro na margem esquerda (Guarujá) do Porto de Santos e também defendeu o túnel imerso como a melhor alternativa para a ligação seca às margens do maior porto da América Latina. "É inadiável a ligação seca entre Santos e Guarujá e a única opção é via túnel", afirmou. "Imagine se tivéssemos uma ponte ali", completa.

Apoio popular

A campanha 'Vou de Túnel' conta com crescente apoio popular. A petição online disponível no site do movimento já recebeu cerca de 4,5 mil assinaturas desde o lançamento da iniciativa.

Além disso, o pool de empresas que apoia a causa é formado por cerca de 60 instituições que associam a sua marca ao movimento. A petição online disponível no site <https://voudetunel.com>.

Fonte: Portal Porto Gente
Data: 28/06/2021

BRASIL PERDE 2,4 BI POR ANO COM A FALTA DE TRATAMENTO DO SEU LIXO URBANO

Assessoria de Comunicação



Se houvesse investimento no tratamento de resíduos, o Brasil reduziria esses custos localizados principalmente com sua saúde pública, diz Presidente da ABREN. País gasta 3,8% do seu PIB também com esses gastos

Investimentos no tratamento de resíduos sólidos urbanos (RSU) reduziriam significativamente o custo com a saúde pública, informa Yuri Schmitke Almeida Belchior Tisi, presidente da ABREN. Os 13 países com uma taxa de tratamento térmico de RSU, superior a 25% do total gerado, estão também entre os 16 primeiros países no índice de saúde e bem-estar do Fórum Econômico Mundial.

De acordo com dados do Banco Mundial, disponíveis no relatório Aspectos Fiscais da Saúde no Brasil, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, os gastos públicos com saúde no Brasil corresponderam a 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2015. O país está na 64ª posição em gastos com saúde, no ranking com 183 países.

Segundo estudos da Associação Internacional de Resíduos Sólidos (ISWA), o custo do atendimento médico à população afetada pela má gestão dos RSU é calculado entre 10 e 20 \$/T (dólares por tonelada) de RSU, equivalente a uma média de 75 R\$/t (reais por tonelada). Em 28 regiões metropolitanas do Brasil com mais de 1 milhão de habitantes seria possível economizar cerca de R\$ 2,4 bilhões por ano, ou seja, um valor de R\$ 72 bilhões em 30 anos na saúde pública.

Por isso, a instalação de usinas de recuperação energética de resíduos (URE) permite incomensuráveis benefícios à saúde da população. Porém, o Brasil encontra-se entre os piores países do mundo no quesito gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU).

Apesar de apresentar bons indicadores na coleta, o país carece de tratamento de destinação final ambientalmente adequada de RSU, sendo que apenas 2% é reciclado e 2% passa pela compostagem, e ainda aproximadamente 40% é enviado para lixões e aterros controlados.

As usinas de recuperação energética de resíduos (URE) são hoje a única forma de se atender os padrões da economia circular no Brasil, pois os aterros sanitários, por melhor que sejam, não são mais aceitos como parte da economia circular, que prevê a redução, reaproveitamento, reciclagem, compostagem da fração orgânica e recuperação de energia da fração não reciclável de resíduos.

Com base nesses dados, chegou-se no valor total de investimentos no Brasil de R\$ 75 bilhões, que reflete o custo do CAPEX total de 118 usinas de 20 MWe de potência instalada, para atendimento de 3% da demanda nacional de eletricidade, fazendo o tratamento de 60 milhões de toneladas/ano de resíduos urbanos, que representa o lixo de 48% da população brasileira.

Ressalte-se que ainda existe enorme potencial de investimento em biodigestão anaeróbia da fração orgânica do resíduo sólido urbano, que pode gerar eletricidade a partir da queima do biogás ou gerar biocombustível a partir do biometano, que constitui cerca de 55% da composição do biogás, e é um gás renovável que pode ser misturado em qualquer fração com o gás natural.

Outro importante potencial reside no coprocessamento, que consiste na separação e blendagem do Combustível Derivado de Resíduos (CDR), fração não reciclável e inorgânica do RSU, que hoje já é utilizado em diversas cimenteiras em substituição ao coque (combustível fóssil), para produção de clínquer, utilizado na fabricação do cimento Portland.

O Brasil possui 38 fábricas com licença ambiental para o coprocessamento, mas substitui apenas 3% do combustível fóssil por CDR do lixo urbano, sendo que a Alemanha substitui 62%, Bélgica 58%, Suécia 49%, França 35%, Itália 36% e Portugal 19%.

Além disso, o número de lixões aumentou 10% de 2010 a 2020, mostrando assim a baixa efetividade da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010, e somente em 2020 o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES) entrou em consulta pública.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 28/06/2021

SANTOS 2050 POTENCIALIZA INVESTIMENTOS NA REFORMA DO PORTO

Assessoria de Comunicação

"Aproveitar o que cada regulação tem de bom e viver nossa realidade. Nem tudo é ruim, tem muita coisa boa", do engenheiro Carlos Eduardo Bueno Magano

Distinto da enchente de jabutis ocorrida na privatização da Eletrobrás, Santos2050 é um projeto robusto, com objetivo de expandir e implantar logística produtiva no Porto de Santos (SP). Atrair investimentos com garantia de retorno, regras claras e segurança jurídica, para fomentar o crescimento de um setor de inquestionável potencial. Aproveitando o que cada regulação tem de bom, dobrar a atual movimentação do porto e desenvolver a sua região com sustentabilidade, nos próximos 30 anos.



Porto Santos - AGO2018

Elaborado de maneira objetiva, profunda, ampla e didática, o projeto Santos2050, com visão de médio e longo prazos, apresenta-se como um dos mais atrativos projetos de desenvolvimento do Brasil. Na linha dos principais e mais modernos portos mundiais, irá promover um processo de desenvolvimento contínuo do Porto de Santos do Futuro. Em todas as questões portuárias e no negócio.

Esse projeto favorece também aos propósitos do ministério da Infraestrutura – Minfra, de agregar produtividade na aplicação dos recursos portuários para promover competitividade ao comércio brasileiro e elevar os nossos portos ao patamar dos asiáticos, com o mínimo de conflito. Nessa acepção e de forma a comparar, essa proposta está sendo debatida com a comunidade do porto, para a sua inteligência e legitimação.

Enquanto o projeto de desestatização do governo prioriza a economia e fazer dinheiro para o seu cofre, através do aproveitamento do ativo, o projeto Santos2050 vai muito além. Destrua gargalos, elimina resistências logísticas e potencializa uma movimentação ágil de mercadorias, para gerar riqueza e trabalho. Como foi a obra que iniciou a história deste porto organizado em 1892, pela Companhia Docas de Santos (CDS).

A Autoridade Portuária precisa se transformar em uma relevante agência de desenvolvimento regional. Sua prioridade será privatizar os acessos – marítimo e terrestre – do porto, englobando como investimento do contrato a construção do túnel submerso ligando as margens do porto, em Santos e Guarujá. Trata-se de uma estrutura essencial na relação porto-cidade sustentável.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 28/06/2021



JUSTIÇA ARQUIVA AÇÃO CONTRA PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO

Ação visava a suspensão da implementação do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Santos

Por Carlos Rattón



Nogueira insiste que é preciso discutir o PDZ com a população

Foto: NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

A Justiça Federal extinguiu, em primeiro grau, a ação popular movida pelo vereador petista e presidente do Sindicato dos Empregados Terrestres em Transportes Aquaviários e Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Settaport) Francisco Nogueira, o Chico da Settaport.

Ela visava a suspensão da implementação do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Santos. A ação envolve à Autoridade Portuária de Santos S/A e a Secretaria Nacional dos Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA). Chico está recorrendo em instância superior.

O novo PDZ foi apresentado pela Santos Port Authority (SPA) e aprovado pelo Ministério da Infraestrutura (Minfra). Prevê construção de três viadutos, uma pêra ferroviária; uma terceira linha férrea no Valongo; instalação de pátios ferroviários e eliminação de passagens de nível ao Terminal Marítimo de Passageiros (Concais), das instalações da Marinha e do T-Grão.

Paquetá e Outeirinhos seriam destinados a granéis sólidos e fertilizantes; Macuco à celulose e Ponta da Praia destinada a granéis sólidos vegetais (grãos). Chico ainda terá que arcar com as custas processuais, bem como com os honorários advocatícios na ordem de R\$ 2 mil.

Resumidamente, Nogueira afirma que a SPA não estaria dando a transparência devida e que o PDZ irá afetar o meio ambiente e diminuir o número de empregos no porto. Que também prejudicaria a concorrência e privilegiaria contratos de arrendamento com objeto em granéis, fertilizantes e celulose.

Além disso, seria incompatível com o Plano Diretor de Santos ao facilitar o adensamento da infraestrutura portuária e retroportuária, para operação de fertilizantes e granéis sólidos e circulação de veículos emissores de poluição aérea e sonora, causando danos à população fixa e flutuante de Outeirinhos e arredores.

No entanto, a Justiça entendeu que não há sinal de que Nogueira pretenda resguardar o interesse público. "Ao contrário, os elementos reunidos nos autos até o momento evidenciam que o demandante (Nogueira) ostenta propósito de defender interesse de terceiros (empresa) ou de si próprio", revelou a magistrada.

NOGUEIRA.

À Reportagem, Chico Nogueira insiste que a ação popular faculta a qualquer do povo defender interesses públicos quando o as autoridades afrontam esses interesses. "É gravíssimo e os envolvidos nessa operação irregular interdita o quanto podem a discussão aberta e honesta desse tema. É curioso que, diante de tantas arbitrariedades denunciadas, resolve-se fugir do mérito atacando quem denuncia", afirma.

Para Nogueira, o "magistrado deu uma sentença que reproduz a prática dos que promovem o desmantelamento do Porto, praticamente reproduzindo o argumento medíocre e autoritário dos interventores mandatários do governo federal aqui. A sentença encontra-se sob recurso e, é nossa convicção, receberá o devido tratamento no Tribunal Federal Regional", acredita.

Chico lembra que é cidadão santista, dirigente sindical e vereador eleito atuante na Comissão de Assuntos Portuários. "Como cidadão lutarei até o fim para que a Justiça determine que a sociedade seja ouvida, como mandou o Tribunal de Contas da União. Não tenho interesse pessoal. O interesse é público", finaliza.

MP.

Vale lembrar que p Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE-SP) abriu procedimento preparatório de inquérito civil para apurar possível incompatibilidade do PDZ. A iniciativa também é fruto de uma representação encaminhada pelo Settaport.

Sobre essa questão, a SPA já havia reforçado as aprovações ministeriais e que as investidas contrárias ao PDZ não prosperaram e, no Tribunal de Contas da União (TCU), a área técnica manifestou-se pela regularidade do PDZ.



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

AUTORIDADES PORTUÁRIAS ADOTAM RESPOSTAS COMUNS PARA DESAFIOS EMERGENTES

Informação: *The Maritime Executive* (28 de junho de 2021)



Foto: AAPA

Autoridades portuárias em todo o mundo estão trabalhando juntas para elaborar estratégias para permanecer ágil, adaptável e inovador em resposta aos desafios emergentes na indústria marítima. Diante de novas ameaças importantes, pelo menos 19 autoridades portuárias da África, Ásia, Europa, Oriente Médio e Estados Unidos assinaram uma nova declaração sobre respostas coletivas à interrupção, digitalização e descarbonização.

Durante a 6ª Mesa Redonda de Autoridades Portuárias (PAR) hospedada pela Autoridade Portuária de Antuérpia, o grupo também se comprometeu a fortalecer a colaboração na troca segura de tripulação e resiliência cibernética.

O PAR foi iniciado em 2015 para facilitar a troca de ideias e partilhar as melhores práticas entre os principais portos, sendo o encontro deste ano subordinado ao tema “Os portos como alavancas de mudança”.

“A pandemia COVID-19 acelerou o ritmo da digitalização e os portos se adaptaram para aproveitar rapidamente a tecnologia para operações sem contato”, disse Quah Ley Hoon, CEO da Autoridade Marítima e Portuária de Cingapura.

Ela acrescentou que a situação difícil dos marítimos em meio a restrições de fronteira mais rígidas está tendo implicações significativas não apenas para o comércio global, mas também para sua saúde e segurança.

Com o COVID-19 criando interrupções de longo alcance para a indústria marítima, as autoridades portuárias concordaram em desenvolver ainda mais mecanismos de compartilhamento de informações sobre incidentes ocorridos nas operações do dia-a-dia dos portos. A indústria marítima está enfrentando uma crise sem precedentes de troca de tripulação devido à proibição de viagens, com cerca de 200.000 marítimos atualmente afetados por restrições que os proíbem de deixar seus navios.

Na digitalização, a coalizão de portos PAR reconheceu a necessidade do estabelecimento de uma plataforma global e neutra que permita a comparação multimodal de rotas de contêineres. Em particular, eles expressaram interesse em explorar o potencial do Routescanner para atuar como uma plataforma transparente e neutra para examinar as opções de transporte de contêineres.

Com relação à ameaça crescente da segurança cibernética, a coalizão concordou em fortalecer a resiliência e a resposta por meio do compartilhamento de informações, colaboração em projetos e educação.

Sobre a descarbonização, a coalizão concordou em apoiar as ambições globais de descarbonizar o transporte marítimo internacional até 2050, apoiar projetos de transporte marítimo com emissão



zero em escala industrial por meio de ações nacionais e fornecer medidas políticas que tornem as operações com emissão zero viáveis até 2030.

“O PAR é uma plataforma importante para as autoridades portuárias se unirem para alavancar a experiência e expertise umas das outras para enfrentar esses desafios. Esta declaração é um passo importante para avançar com soluções de digitalização e descarbonização em caso de interrupção”, observou Ley Hoon.

As autoridades portuárias do clube PAR incluem Abu Dhabi, Associated British Ports, Antuérpia, Barcelona, Busan, Guangzhou, Hamburgo, Klang, Kobe, Los Angeles, Long Beach, Montreal, Ningbo, Rotterdam, Santos, Seattle, Shanghai, Cingapura e Tanger Med .

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 28/06/2021

COALIZÃO PORTUÁRIA SE REÚNE COM SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, DIOGO PILONI

Informação: FENOP (28 de junho de 2021)

Nesta quinta-feira (24/06) a Coalizão Empresarial Portuária se reuniu por videoconferência com o Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), Diogo Piloni. A Fenop faz parte da Coalizão junto com outras seis entidades.

Na pauta foram abordados temas do setor, como o andamento da vacinação nos portos e a readequação da Recomendação Conjunta nº 01/2021, elaborada pelo Ministério da Infraestrutura e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que atualiza as medidas para proteger portuários contra a Covid-19.

De acordo com o Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária (DGMP/SNPTA), Otto Luiz Burlier, a expectativa em relação a readequação do documento é positiva. “Amanhã teremos uma reunião com representantes da Secretaria do Trabalho, justamente para fechar essa questão. Se tudo ocorrer bem devemos assinar uma nova recomendação até a próxima semana”, conta.

O presidente da FENOP, Sérgio Aquino, enfatizou que o objetivo é que não haja um entendimento diferenciado entre a Secretaria do Trabalho e o documento. “As entidades estão à disposição para possíveis diálogos sequenciais entre o MPT e a Secretaria de Trabalho para avançarmos nessas questões”, finaliza.

Vacinação nos portos

Sobre a imunização contra a Covid-19, Piloni disse estar satisfeito com os resultados. “Considero que tem sido um processo de sucesso apesar das inúmeras questões pontuais que tiverem que ser resolvidas ao longo do caminho”, explica.

“Fechamos 80 mil doses aplicadas num total de 110 mil doses disponibilizadas, ainda temos 30 mil doses que, em tese, poderiam cobrir os demais trabalhadores que tenham alguma atividade no porto, portanto um grau de exposição similar ao dos portuários” ressaltou Piloni.

Aquino reforçou a importância da vacinação para as atividades correlatas. “Pedimos atenção especial aos colaboradores dos CLIAS que constaram da primeira lista e ainda não foram atendidos”.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 28/06/2021

GOVERNO DEBATE NOVAS REGRAS PARA EMBARQUES EM REUNIÃO VIRTUAL COM EXPORTADORES DE CAFÉ

Informação: Comex do Brasil (28 de junho de 2021)

Brasília – O Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) coordenou, (25), reunião virtual com o sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), para trazer a seus associados esclarecimentos do governo federal a respeito dos novos procedimentos no módulo de Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos (LPCO) para café, implementados desde 21 de junho no Portal Único de Comércio Exterior.

Em apresentação na reunião virtual, o chefe do Serviço de Auditoria e Gerenciamento de Riscos, da Divisão de Operações e Fiscalização da Coordenação-Geral do Vigiagro, Francisco Sadi Santos Pontes, explicou as novas orientações referentes às exportações de café verde, em grãos, Nomenclatura Comum Mercosul (NCM) 0901.11.10 para países diferentes de Reino Unido, Estados Unidos, Singapura, Japão e nações da União Europeia, que passa a requerer o LPCO de “Certificação para café em grãos” (TA E0192, modelo E00121), a ser solicitado no módulo de Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos do Portal Único.

Pontes esclareceu que a emissão de Certificado Fitossanitário pelo Vigiagro/Mapa permanece de modo opcional apenas para os embarques que tenham como destino os países do bloco europeu, Reino Unido, EUA, Japão e Singapura, por meio da inclusão do enquadramento 80380 – “Exportação com Certificado Fitossanitário” –, e que, nos itens de Declaração Única de Exportação (DU-E) com a NCM 0901.11.10 destinados aos demais países, o referido enquadramento não deve ser informado.

De acordo com o representante do Vigiagro, o governo federal decidiu acompanhar mais de perto as exportações de café com o objetivo de trazer mais segurança aos aspectos sanitários da carga, principalmente em embarques do produto para países que requerem certificado fitossanitário.

O diretor técnico do Cecafé, Eduardo Heron, que coordenou a reunião com a participação de 85 convidados, comentou que as alterações implantadas neste mês haviam gerado diversas dúvidas nos exportadores quanto aos procedimentos, etapas, enquadramentos e fluxos.

“Com a entrada do novo procedimento para LPCO ao café, diversas dúvidas surgiram após o dia 21 de junho. Assim, o Cecafé fez um amplo trabalho de gestão junto ao Vigiagro com o objetivo de mitigar riscos de perdas nos embarques do produto, que culminaram nessa reunião de hoje para que houvesse um esclarecimento mais específico às empresas exportadoras, visando a dirimir suas dúvidas”, concluiu Heron.

(*) Com informações do Cecafé

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 28/06/2021

TERMINAL DE CONTÊINERES DE YANTIAN DA CHINA RETOMANDO OPERAÇÕES NORMAIS

Informação: *Marítima Executive (28 de junho de 2021)*

Após um mês de interrupções devido a um surto de COVID-19 no sul da China, os operadores do Terminal Internacional de Contêineres de Yantian anunciaram que estão retomando as operações normais do terminal. As principais companhias marítimas e analistas da indústria, entretanto, continuam a alertar sobre atrasos significativos e atrasos que podem continuar a impactar as cadeias de abastecimento globais por semanas ou meses.

A Hutchison Ports Yantian informou que, após medidas proativas de controle do COVID-19 na área portuária, a capacidade operacional dos terminais tem se recuperado de forma constante. Com o total apoio dos departamentos governamentais relevantes, foi acordado que o terminal de Yantian retomará as operações completas à meia-noite, horário local, em 24 de junho.

A Maersk no início da semana avisou aos transportadores que a capacidade no terminal leste permanecia em pouco mais de 50% e que o estaleiro Yantian havia reduzido a densidade do pátio



para 60% da capacidade. Os contêineres de exportação ficaram parados por seis dias, contribuindo para o que a Maersk chamou de gargalo mais significativo no transporte de contêineres.

Hutchinson agora relata que todos os berços, incluindo na área oeste do porto, “irão essencialmente retomar as operações normais.” O número de tratores de porta carregados também continua a aumentar. Ele agora será definido em 9.000, o que é um aumento em relação aos 8.000 da semana passada, e antes disso estava definido em 6.000. O terminal também aceita contêineres com até sete dias de antecedência da chegada programada do navio.

Funcionários do porto disseram que continuarão a implementar medidas rígidas destinadas a controlar a propagação do vírus. O surto inicial foi relatado em 21 de maio e rapidamente se espalhou entre os estivadores e outros elementos da comunidade portuária. Autoridades da vizinha Shenzhen continuam relatando um número limitado de novos casos do vírus a cada dia na cidade.

“O Porto de Yantian está aumentando gradualmente a produtividade conforme mais trabalhadores retornam e mais berços são reabertos”, Maersk aconselhou os clientes. “Congratulamo-nos com a diminuição da fila, mas a confiabilidade do cronograma permanece comprometida.”

Todas as principais transportadoras tomaram medidas para limitar o impacto em suas operações, desviando navios para portos alternativos e trabalhando para reprogramar os embarques. Isso, no entanto, também gerou atrasos nos portos vizinhos. A Maersk disse aos clientes que antecipou o tempo médio de espera em Shekou, Nansha e Hong Kong entre dois e quatro dias, mas avisou que poderia aumentar à medida que mais navios de contêineres fossem desviados.

Um total de 90 navios de contêineres da Maersk e seus parceiros operacionais omitiram o Porto de Yantian e Shekou para proteger a confiabilidade do cronograma. A Maersk relatou que 19 de suas rotas estavam sendo afetadas pelos problemas em Yantian.

Os operadores do terminal se recusaram a estimar quantos contêineres estavam acumulados em seu pátio. Os especialistas estimam centenas de milhares de TEU em gargalos no pátio ou retidos na cadeia de abastecimento proveniente das fábricas da China.

Um dos portos mais movimentados da China, Yantian normalmente movimenta mais de 40.000 TEU por dia. No outono passado, funcionários do porto em Yantian disseram que a movimentação de contêineres ultrapassou 1,46 milhão de TEUs em setembro, quebrando o recorde mensal global para um único terminal operado por um operador portuário.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 28/06/2021

SANTOS BRASIL OPERA 39 KM DE CABOS DE FIBRA ÓTICA NO TCG DE IMBITUBA (SC)

Informação: Guia Marítimo (28 de junho de 2021)

O Terminal de Carga Geral (TCG) Imbituba (SC), administrado pela Santos Brasil, realizou na última semana uma operação de transferência de mais de 39 quilômetros de cabos de fibra ótica entre duas embarcações. A carga, que totalizou 1.450 toneladas, veio da Coreia do Sul e, depois da operação já finalizada, seguiu com destino a Florianópolis (SC).

A passagem de cabos foi totalmente automatizada por meio de dispositivos do navio sul-coreano Da Qing e da balsa C Tufão ZMAXX, fazendo com que a carga fosse encaminhada diretamente para o centro da balsa, onde o cabo ficou armazenado em forma de círculo.

Além de coordenar toda a comunicação junto ao Porto de Imbituba, comunidade portuária e órgãos intervenientes como Ministério da Agricultura e Receita Federal, a equipe da Santos Brasil fez a programação para atracação e preparo do comboio, além da operação com o portêiner do terminal, que movimentou geradores e equipamentos que integraram a carga entre as duas embarcações.

A operação, que levou cinco dias para ser realizada, é considerada complexa, uma vez que a transferência deve ser controlada metro a metro e a carga, posicionada de forma circular pela tripulação da balsa, sempre visando a segurança da embarcação. Para Danilo Ramos, Diretor Comercial de Operações Portuárias da Santos Brasil, o sucesso da operação se deve às condições operacionais seguras do porto de Imbituba para realização desse transbordo e à qualificação dos profissionais, exclusivamente dedicados à movimentação e armazenagem de cargas especiais como essa.

“A especialização na movimentação de cargas especiais é fundamental para o sucesso deste tipo de operação. A elaboração conjunta de um planejamento minucioso como esse reduz os riscos e contribui para o êxito da mesma”, completa Danilo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 28/06/2021

TCP SE CONSOLIDA COMO MAIOR TERMINAL REEFER DO BRASIL

Informação: Guia Marítimo (28 de junho de 2021)

Consolidado como o terminal com maior movimentação de contêineres refrigerados do Brasil, a TCP – empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá, fechou o mês de maio com um novo recorde histórico de movimentação de contêineres, com 99.070 TEUs operados. As cargas refrigeradas, como carnes bovinas, suínas e de frango, foram determinantes no bom resultado e somaram 16.923 TEUs movimentados no período.

Com uma estrutura robusta, localização geográfica privilegiada, variedade de serviços marítimos, agilidade no recebimento de cargas e nas operações dos navios, o Terminal atrai produtores dos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul e outros. É o caso da Seara Alimentos, com sede em Itajaí-SC, que exportou, em maio, 30 mil toneladas de produtos congelados como carne de aves e suínos, que têm como destinos principais o Japão, China, Hong Kong, Emirados Árabe Unidos, Cingapura, Iraque, Coreia do Sul, entre outros.

Em 2020 a empresa teve um aumento de 17% nas exportações que, Osvaldo de Carvalho Filho, gerente de logística para o mercado externo da Seara, atribui ao aumento da produção e às melhores condições do Terminal de Contêineres de Paranaguá para recebimento antecipado dos contêineres frigoríficos.

“A relação com a TCP é um referencial no Brasil já que o atendimento e agilidade na tomada de decisões faz com que a empresa tenha tranquilidade de que sua carga será recebida e embarcada no tempo certo”, afirma.

Ele explica que a parceria entre o Grupo Seara e o Terminal tem uma relação de longa data e vem se fortalecendo nos últimos tempos por diversos fatores como a localização estratégica, o suporte para os fluxos rodoviário e ferroviário, a competência operacional e o nível de excelência dos serviços prestados.

“São estruturas fundamentais para que seja possível manter o crescimento das exportações e importações, e garantir competitividade do produto brasileiro no cenário internacional”, avalia.

Números

O volume de 99.070 TEUs no último maio foi 17,8% maior que o registrado no mesmo mês do ano de 2020, quando foram movimentados 84.088 TEUs. Nos meses de janeiro a maio de 2021, o Terminal movimentou 454.519 TEUs. Na comparação com 2020, o crescimento é de 14%, quando o total de cargas movimentadas no período foi de 398.589 TEUs.

Este é o segundo recorde histórico de movimentação mensal conquistado pelo Terminal em 2021, o anterior havia sido registrado em março, com 95.575 TEUs operados.

Segundo Thomas Lima, Diretor Comercial e Institucional da TCP, o resultado deve-se principalmente ao crescimento na exportação de cargas refrigeradas, que atingiram 16.923 TEUs no mês – a maior movimentação desde julho de 2020, quando foram exportados 16.907 TEUs dos produtos que integram a categoria.

“Carnes e congelados, em especial os frangos, foram os principais produtos movimentados na exportação e responsáveis pelo bom desempenho da TCP em maio. Além disso, também merece destaque a importação de matéria-prima, especialmente da indústria automotiva, que teve uma forte retomada”, explica o executivo.

Lima destaca ainda, que nos últimos anos a TCP está se preparando para quebrar recordes, investindo em estrutura, equipamentos, sistemas operacionais e na formação de suas equipes. “A qualificação dos times é determinante para alcançarmos altos níveis de produtividade e condições comerciais atrativas. Em termos práticos, nossos objetivos estratégicos nos aproximam naturalmente dos nossos clientes, das autoridades e da comunidade, gerando benefícios sustentáveis ao longo do tempo – que quando conectados, potencializam-se como um círculo virtuoso”, finaliza.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 28/06/2021

AVANÇA DEBATE SOBRE A DUPLICAÇÃO DO ACESSO QUE LIGA A BR-101 AO PORTO DE IMBITUBA

Informação: Porto de Imbituba (28 de junho de 2021)



Crédito foto: Divulgação SEDETUR / Comunicação Social SCPAR Porto de Imbituba

O diretor-presidente do Porto de Imbituba, Fábio Riera, acompanhou na quarta-feira (23) uma comitiva da Prefeitura de Imbituba em reunião com o Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade de Santa

Catarina, Thiago Vieira. O encontro em Florianópolis teve por objetivo debater importantes melhorias para o desenvolvimento da cidade, dentre elas, a duplicação da rodovia que liga a BR-101 ao Porto.

A licitação para elaboração do projeto de ampliação da rodovia já ocorreu e a empresa vencedora terá até oito meses para entregá-lo ao Estado. “A obra contribuirá para diferenciar o trânsito portuário do tráfego local e trazer maior harmonia em um dos principais aspectos de atenção na relação Porto-cidade, que é a mobilidade urbana” afirma Riera.

O acesso norte foi totalmente recuperado há cerca de cinco anos, por meio de convênio firmado entre a SCPAR holding, o Governo do Estado e a Prefeitura. O pavimento aplicado em concreto rígido (whitotopping) reduz os custos com manutenção, além de ampliar a vida útil e a capacidade de carga da rodovia.

Participaram da comitiva, além de membros da equipe do Porto, o prefeito municipal, Rosivaldo da Silva Júnior, o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, Henrique Melo e o presidente do SAMAE, Cláudio Vicente.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 28/06/2021



PESAGEM POR EIXO VAI PERMITIR POLÍTICAS PÚBLICAS MAIS EFICIENTES NO TRANSPORTE DE CARGAS

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, diretor-geral do Denatran adiantou que a regulamentação da lei terá como base estudos da ANTT e da UFRGS

Anova tolerância da pesagem por eixo permitirá a criação de políticas públicas mais eficientes e amplas, voltadas para o setor produtivo e de transporte rodoviário de cargas, além de garantir a fiscalização efetiva nas rodovias. Em audiência pública na Câmara dos Deputados, o diretor-geral do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Frederico Carneiro, adiantou que o processo de regulamentação da norma já está em elaboração.

"O objetivo do Ministério da Infraestrutura é trazer uma política muito mais ampla e não apenas olhar a questão do pavimento. Envolve outros aspectos, sobretudo a questão da eficiência do setor de transportes e a eficiência produtiva do Brasil", afirmou Carneiro, na audiência da Comissão de Viação e Transportes da Câmara sobre a Medida Provisória 1.050/2021.

Segundo o diretor-geral do Denatran, a regulamentação da norma terá como base estudos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. "Centenas de testes foram realizados e, a partir desses testes, o Contrans irá aprimorar e validar esses estudos até dia 30 de abril de 2022", comentou, fazendo referência ao Conselho Nacional de Trânsito (Contrans).

Em tramitação na Câmara dos Deputados, a MP 1050/2021 também modifica o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para estabelecer que, caso o veículo seja retido com alguma irregularidade e não seja possível sanar no próprio local da infração, ele poderá ser liberado, desde que ofereça condições de segurança para circulação. O documento será recolhido e mediante regularização do veículo, não superior a 15 dias, será devolvido.

Assessoria Especial de Comunicação
Ministério da Infraestrutura
Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 28/06/2021

NOVO CONTORNO RODOVIÁRIO EM CORIBE (BA) VAI FACILITAR ESCOAMENTO DA SAFRA DE GRÃOS

Com investimentos de R\$ 8,5 milhões e 6,3 quilômetros de extensão, empreendimento garante segurança aos usuários da BR-135/BA

Ligação do Meio Norte do Brasil com a região Sudeste e importante canal de escoamento da produção local de grãos, a BR-135/BA ganhou um novo contorno rodoviário na altura de Coribe, no interior baiano. Após o investimento de R\$ 8,5 milhões ao longo de 6,3 quilômetros de extensão, os usuários da rodovia fundamental para o Matopiba terão mais segurança e fluidez no trânsito.

Acrônimo formado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, o Matopiba se destaca no cultivo de grãos e fibras, especialmente soja, milho e algodão, mas também é conhecido pela pecuária e a produção de frutas

"Mais uma vez, estamos levando a logística onde ela é necessária. Sempre tratamos da BR-135 como uma prioridade do governo por se tratar de uma rodovia com caráter de integração nacional e de extrema importância para o desenvolvimento do Matopiba", avalia o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

OBRAS – No trecho do contorno de Coribe, o Ministério da Infraestrutura, através do Departamento Nacional de Infraestrutura do Transporte (DNIT), executou obras de arte especiais, drenagem do

terreno, serviços de terraplenagem, pavimentação das pistas principais e acostamentos, além da implantação de sinalização horizontal e vertical.

Em janeiro, o Governo Federal já havia concluído um trecho de 67 quilômetros de extensão da BR-135, entre os municípios de Jaborandi e Cocos, na Bahia, realizado o alargamento da ponte sobre o Riacho Seco e duplicado o acesso à travessia urbana de Coribe.

*Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação Social – DNIT

Assessoria Especial de Comunicação
Ministério da Infraestrutura
Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 25/06/2021

LEILÕES PARA ARRENDAMENTO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS TRARÃO R\$ 160 MILHÕES EM INVESTIMENTOS

Editais de licitação publicados nesta semana são para estruturas em portos de Maceió (AL), Salvador (BA), Mucuripe (CE) e Santana (AP) e ocorrem em 13 de agosto

Marcado para 13 de agosto na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, o leilão de quatro terminais portuários vai trazer aproximadamente R\$ 160 milhões em investimentos privados. Após o devido aval do Tribunal de Contas da União (TCU), serão concedidos pelo Ministério da Infraestrutura três ativos da região Nordeste e um no Norte do país.

Os avisos de licitação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), publicados nas edições de quinta (24) e de sexta-feira (25) do Diário Oficial da União (DOU), serão para o arrendamento dos terminais MAC 14, do Porto de Maceió (AL), por 15 anos; MCP02, do Porto de Santana (AP), por 25 anos; SSD09, do Porto de Salvador (BA), por 10 anos; e MCU01, no Porto de Mucuripe (CE), também por 25 anos.

Em Maceió, o investimento deve ser de R\$ 41,815 milhões, enquanto em Santana são R\$ 41,35 milhões. No terminal da capital baiana a empresa vencedora precisará investir ao menos R\$ 29 milhões na duração do contrato, enquanto em Mucuripe estão estimados R\$ 47.695 milhões.

“A concessão dos quatro terminais portuários à iniciativa privada vai trazer desenvolvimento, gerar empregos, reduzir o custo Brasil e facilitar nosso comércio com diversas partes do mundo”, afirmou o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni.

A publicação dos editais com as regras das licitações ocorre nos dias 24 e 25 de junho e eles ficarão disponíveis no site do MInfra. As propostas das interessadas devem ser encaminhadas em 10 de agosto.

Assessoria Especial de Comunicação
Ministério da Infraestrutura
Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 25/06/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

OUTORGA MÍNIMA DE BLOCO 3 DA CEDAE PODERÁ SUBIR A R\$ 3 BI, DIZ GOVERNADOR DO RIO

O próximo leilão de concessão de parte dos serviços de água e esgoto hoje prestados pela Cedae, a estatal de saneamento do Rio, poderá ter outorga mínima “na casa de” R\$ 3 bilhões, afirmou nesta segunda-feira, 28, o governador fluminense, Cláudio Castro (PL). Desde que um dos quatro blocos oferecidos nos leilões de abril não teve propostas, autoridades estaduais do Rio vêm sinalizando que relicitariam o projeto até o fim do ano.

Segundo Castro, a Casa Civil estadual, que coordena as concessões, tem trabalhado com o cronograma de realizar o próximo leilão, com um projeto atualizado, “entre novembro e dezembro”.

“Meu papel é trabalhar para que seja em novembro”, afirmou Castro, durante seminário online na abertura da 4ª. Semana BNDES de Saneamento.

Mais cedo no evento online, o governador havia dito que “mais de dez” municípios atualmente atendidos pela Cedae que ficaram de fora dos quatro blocos de concessão oferecidos em abril entrariam no novo desenho do bloco 3.

No desenho levado a leilão em abril, o lote era formado por bairros da zona oeste da capital fluminense e mais seis municípios do interior. O investimento total em obras somava R\$ 2,6 bilhões, com outorga mínima de R\$ 900 milhões.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 28/06/2021

CHINA VAI INVESTIGAR MERCADO DE UREIA APÓS AUMENTO DE PREÇOS

(Reportagem de Dominique Patton, em Pequim, e Emily Chow, em Xangai)



Produtor espalhando pesticidas em campo de trigo na província de Hebei, na China.

PEQUIM/XANGAI (Reuters) – O órgão estatal de planejamento da China informou nesta segunda-feira que está iniciando uma investigação sobre o mercado de ureia, após uma disparada nos preços do fertilizante.

O processo é o mais recente de uma série de ações tomadas pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla

em inglês) para esfriar os movimentos de alta nos preços de importantes matérias-primas.

A NDRC enviou recentemente uma equipe à bolsa de commodities de Zhengzhou, bem como a algumas empresas de produção e distribuição de ureia e companhias varejistas, para descobrir mais sobre o panorama de oferta e demanda e os preços da ureia, disse a agência em comunicado publicado em sua conta oficial no WeChat.

A comissão vai “fortalecer a supervisão do mercado e reprimir de maneira resoluta o entesouramento, os saltos nos preços e a fabricação e disseminação de informações sobre aumentos de preços”, visando manter a ordem do mercado e os preços de fertilizantes e outros materiais agrícolas estáveis, disse o órgão.

Os preços da ureia atingiram um nível recorde em meio à queda na produção, aos altos custos com a energia e ao aumento da demanda doméstica e internacional.

As cotações saltaram 9% nos primeiros dez dias de junho, para um recorde de 2.674 iuanes (413,88 dólares) por tonelada, de acordo com o Departamento Nacional de Estatísticas da China.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 28/06/2021

ECONOMIA CRIA PRÊMIO PARA PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia criou o 1º Prêmio SPE de Propostas de Políticas Econômicas – 2021. De acordo com a SPE, a intenção com a premiação é estimular a formulação de propostas de políticas econômicas que visem à estabilidade macroeconômica, melhoria do ambiente de negócios, maior competitividade, melhor alocação e uso dos recursos públicos e fomento da produtividade da economia brasileira, mas preservando equilíbrio das contas públicas para permitir o crescimento sustentável e a expansão da renda e do emprego.

As propostas devem ter temas da área econômica, como política agrícola e meio ambiente, políticas microeconômicas e regulatórias, bem como financiamento de infraestrutura, política fiscal e política macroeconômica. Também podem ser de natureza microeconômica com enfoque em políticas públicas e reformas pró-mercado ou de natureza macroeconômica e fiscal, visando a reformas estruturantes da economia.

Pelo regulamento, podem concorrer pessoas físicas, com idade mínima de 18 anos completos no momento da inscrição ou pessoas jurídicas. Não há limite para número de autores. A cerimônia está prevista para ocorrer no Ministério da Economia, em Brasília, nos dias 18 e 19 de novembro.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 28/06/2021

NOVA DEBÊNTURE DE INFRAESTRUTURA DEVE SER VOTADA EM JULHO PELA CÂMARA

Relator do projeto que institui uma nova série de debêntures de infraestrutura, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) afirmou nesta segunda-feira, 28, que trabalha para que seu parecer seja votado pela Câmara dos Deputados na primeira ou segunda semana de julho. O assunto deverá ser tratado em reunião com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), nesta terça-feira, 29. Jardim pretende apresentar o relatório entre o fim desta semana e o começo da próxima. Até lá, a proposta deve ser discutida com bancadas e com o governo numa nova rodada de conversas.

Debatida mais intensamente entre Executivo e Congresso desde o ano passado, a nova família de debêntures é elaborada para atrair investidores institucionais, como fundos de pensão.

A diferença básica do novo título de infraestrutura para a atual (chamada de incentivada, e que continuará existindo) é onde reside o benefício fiscal. Ele deixa de ser de quem adquire, e passa a ser do emissor. Com isso, a ideia é que a empresa que está captando recursos ofereça condições de retorno mais vantajosas no mercado, uma vez que tem benesses na emissão do título.

A empresa poderá reduzir 30% – e até 50% para casos de projetos green bonds – dos juros pagos da apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL.

Em evento virtual promovido pelo Centro de Liderança Pública (CLP), Arnaldo afirmou que há uma convergência entre os deputados envolvidos na matéria e o governo.

“Estamos muito afinados com o governo, e acho portanto que essa convergência está muito bem construída. Ideia é, portanto, conversas finais nesta semana, apresentação do parecer entre fim de semana e começo da semana que vem, e trabalhando para votar na primeira ou segunda semana de julho”, disse ele.

“Nós já entramos em contato com todas as lideranças partidárias, abrindo para que a gente possa discutir detalhes. Temos reuniões marcadas com algumas bancadas ao longo dessa semana, e teremos mais uma rodada com o governo na próxima quarta”, comentou o deputado.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 28/06/2021

CONFIANÇA DA INDÚSTRIA SOBE 3,4 PONTOS EM JUNHO, A 107,6 PONTOS, DIZ FGV

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) apresentou alta de 3,4 pontos em junho na comparação com maio, atingindo 107,6 pontos, informou nesta segunda-feira o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre). Dessa forma, o indicador chega ao patamar mais alto desde fevereiro (107,9 pontos), na série com ajuste sazonal.

O avanço pelo segundo mês consecutivo reflete a melhora das expectativas para os próximos meses, explica em nota a economista Claudia Perdigão, do FGV/Ibre. O Índice de Expectativas (IE) subiu 5,0 pontos, para 104,0, e a melhora das perspectivas ocorreu em 13 dos 19 segmentos pesquisados.

Dos indicadores que integram o IE, a maior contribuição partiu de produção prevista para os próximos três meses, que subiu 7,8 pontos e chegou a 100,9, maior valor desde janeiro (101,8). O emprego previsto para os próximos três meses avançou 5,4 pontos, para 106,9, e já recuperou 76,1% da queda de janeiro a maio deste ano. A tendência dos negócios, por sua vez, variou 1,7 ponto, para 104,0.

O Índice de Situação Atual (ISA) teve alta de 1,8 ponto, para 111,3, após cinco meses consecutivos de queda. O resultado da pesquisa, diz Perdigão, é influenciado pela recuperação das economias externas e pelo avanço do processo de vacinação no País.

“Apesar disso, é preciso cautela considerando que o setor ainda enfrenta dificuldades com escassez de insumos e aumento dos custos que incluem a mudança de bandeira para a energia elétrica, podendo ser fatores limitadores para uma recuperação mais robusta no segundo semestre”, ressalta a economista.

Dos componentes do ISA, demanda total subiu 6,5 pontos e situação atual dos negócios avançou 4,9 pontos, para 113,6 e 112,5 pontos, respectivamente. Com esses resultados, a demanda total retornou ao nível de janeiro, enquanto a situação atual dos negócios aproximou-se do valor de dezembro de 2020. Já o nível de estoques caiu 6,3 pontos, para 106,7, menor nível desde agosto de 2020.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada subiu 1,6 ponto porcentual, para 79,4%, maior nível desde janeiro (79,9%).

O levantamento contou com informações de 1104 empresas entre os dias 1 e 24 deste mês. A próxima divulgação da Sondagem da Indústria ocorrerá em 28 de julho.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 28/06/2021



MONEYTIMES

DEPUTADO APRESENTA PARECER FAVORÁVEL A VOTO IMPRESSO NA URNA ELETRÔNICA

Por Reuters

O deputado Filipe Barros (PSL-PR) apresentou nesta segunda-feira parecer favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) que adota o voto impresso nas urnas eletrônicas, um dos projetos mais defendidos pelo presidente Jair Bolsonaro, de quem o parlamentar é aliado.

Barros se manifestou a favor da PEC apresentada pela deputada Bia Kicis (PSL-DF), presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e outra entusiasta de Bolsonaro.

O deputado defendeu esse modelo de voto com o objetivo de evitar supostas fraudes no processo de votação.

Esse é o mesmo argumento que tem sido apontado pelo presidente, a despeito de não haver quaisquer evidências concretas de que haja fraude no atual modelo, adotado há mais de 20 anos no Brasil.

O assunto é polêmico e divide inclusive partidos aliados a Bolsonaro no Congresso.

Em reunião no fim de semana, lideranças de 11 partidos PSDB, MDB, PP, DEM, Solidariedade, PL, PSL, Cidadania, Republicanos, PSD e Avante decidiram que não vão apoiar a mudança do atual sistema de votação eleitoral.

Aliado de Bolsonaro, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem defendido a votação da proposta pelo Congresso.

Fonte: MoneyTimes
Data: 28/06/2021

NEOENERGIA VAI PAGAR CERCA DE R\$ 170,7 MILHÕES EM JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Por Bruno Andrade



As ações serão vendidas como “ex-juros” a partir de 02 de julho de 2021 (Imagem: Pixabay/@analogicus)

A Neoenergia (NEO3) vai pagar cerca de R\$ 170,7 milhões em juros sobre o capital próprio, informa comunicado enviado ao mercado nesta segunda-feira (28).

O valor por ação será de R\$ 0,1406397677. Terá direito ao pagamento o acionista que tiver posição acionária em 01 de julho de 2021.

As ações serão vendidas como “ex-juros” a partir de 02 de julho de 2021.

Fonte: MoneyTimes
Data: 28/06/2021

LICITAÇÃO DO BLOCO 3 DA CEDAE DEVE ATINGIR R\$ 3 BILHÕES

Por Agência Brasil

Somadas, as ofertas alcançaram R\$ 22,69 bilhões, com ágio de 134% em relação ao valor mínimo estipulado para outorga do serviço, de R\$ 9,7 bilhões (Imagem: Tomaz Silva/ Agência Brasil)

O governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro, disse hoje (28) ao participar da abertura da 4ª Semana BNDES de Saneamento, que a licitação do bloco 3 de concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), prevista para novembro, deverá atingir R\$ 3 bilhões, contra os R\$ 900 milhões previstos inicialmente.

Ele explicou que por ocasião da concessão de serviços da Cedae, em abril, o bloco 3 tinha apenas sete municípios engajados e, atualmente, já são mais de 20.

Durante o primeiro leilão, três dos quatro blocos de concessão regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, à exceção do bloco 3, foram vendidos para os consórcios Aegea e Iguá, que atenderão mais de 11 milhões de habitantes.

Somadas, as ofertas alcançaram R\$ 22,69 bilhões, com ágio de 134% em relação ao valor mínimo estipulado para outorga do serviço, de R\$ 9,7 bilhões.

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, abriu o evento classificando o leilão da Cedae de emblemático. Segundo Montezano, o início do esforço de universalização da água e do esgotamento sanitário no país é marcado por quatro etapas: o pré-marco regulatório, a aprovação do marco pelo Congresso Nacional no ano passado, o leilão de concessão regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da região metropolitana de Maceió, em setembro de 2020, mostrando que “é possível fazer saneamento com baixo nível de recursos públicos”, e o leilão da Cedae, “pela magnitude e pelo valor investido”.

Amapá

O presidente do BNDES disse que o leilão para concessão dos serviços de água e esgoto do Amapá, programado para o dia 2 de setembro, “tem tudo para ser bem-sucedido”.

O governador do Amapá, Waldez Góes, salientou que o BNDES está formatando projetos para os vários estados brasileiros respeitando suas diferenças sociais e econômicas, com a modelagem das concessões feita a partir das características locais.

O governador disse que o grande problema ambiental e social do estado não são o desmatamento nem as queimadas. “O maior problema ambiental e de saúde pública do Amapá é o saneamento básico”.

Waldez Góes disse que, embora 70% da população do estado viva na região metropolitana, a intenção é promover cobertura de 100% de todos os municípios.

Admitiu, porém, que a concessão permitirá a cobertura de 90% do Amapá.

Os 10% restantes, que se referem a populações de áreas remotas, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, e que não terão cobertura da concessionária, serão atendidos pela missão social do estado.

Paraíba

Participando também da transmissão ao vivo pela internet de abertura da 4ª Semana BNDES de Saneamento, o governador da Paraíba, João Azevêdo, assegurou que o saneamento básico é uma “questão de justiça, principalmente em estados como o nosso”.

Citou que a Paraíba enfrenta dificuldades climáticas, com ciclos permanentes de seca, em especial na área do semiárido. Na avaliação do governador, isso faz com que a questão da água tenha particularidades que a modelagem que será efetuada pelo BNDES deve levar em consideração.

No dia 11 de junho, o BNDES e o governo da Paraíba firmaram contrato para realização de estudos voltados à estruturação de um projeto que permitirá a ampliação dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário em 93 municípios do estado.

A expectativa é que o projeto aumente em 22% a cobertura de abastecimento de água e em 54% a de esgoto.

“Água é uma coisa básica para a sobrevivência”, destacou João Azevêdo. Ele disse que não é possível que municípios paraibanos, que terão até dezembro cobertura 4G de telefonia e que já possuem cobertura total de energia, ainda não tenham universalização de água e esgoto. “Há uma lacuna grande na área de saneamento”.

Jornada

Gustavo Montezano anunciou que pretende manter a cada seis meses uma semana para debates e opiniões sobre a jornada de saneamento no Brasil, que constitui o maior programa de redução da desigualdade social no país. "Para que o programa continue sendo bem-sucedido, é preciso o engajamento de todos".

A 4ª Semana se estenderá até o dia 2 de julho, com painéis de debates, que contarão com a participação de representantes dos governos estaduais, executivos de empresas privadas e do próprio BNDES, além de consultores especializados.

A visão geral sobre projetos de saneamento do BNDES e projetos nos estados do Rio de Janeiro, do Amapá e de Alagoas serão discutidos amanhã (29).

Seguem-se, no dia 30, Modelos Alternativos de Desestatização para Atingir a Universalização: Caso Corsan (RS); e Saneamento como Estratégia AGS (Área de Gestão Pública e Socioambiental) no Brasil, no dia 2 de julho.

Fonte: MoneyTimes

Data: 28/06/2021



ESTADO DE MINAS - MG

PETROBRAS INICIA CONTRATAÇÃO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO PARA A REPLAN

A Petrobras informou que iniciou nesta segunda-feira o processo de licitação internacional, na modalidade EPC (engenharia, suprimento e construção), para implantação de uma nova unidade de hidrotreatmento de diesel e os sistemas auxiliares necessários. O objetivo da iniciativa é adequar e modernizar o parque de refino da Refinaria de Paulínia (Replan), segundo a estatal.

"Com esse projeto, a Replan será capaz de produzir 100% de óleo diesel de baixo teor de enxofre (S-10) e aumentar a produção de querosene de aviação (QAV), visando o atendimento das especificações e quantidades demandadas pelo mercado futuro, de forma econômica, com segurança operacional e menores impactos ao meio ambiente", diz a Petrobras em comunicado ao mercado.

A empresa informa ainda que a nova unidade de hidrotreatmento de diesel terá capacidade de produção de 10.000 m³/dia de Diesel S-10.

A entrada em operação está prevista para ocorrer em 2025, em linha com o Plano Estratégico 2021-2025.

Inaugurada em maio de 1972, a Replan é a maior refinaria do Brasil em capacidade de processamento, com carga de 69.000 m³/dia de petróleo (equivalente a 434.000 bbl/dia), situada na cidade de Paulínia, a 118 km de São Paulo.

Fonte: Estado de Minas - MG

Data: 28/06/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

GOVERNO FEDERAL PUBLICA MP DA CRISE ENERGÉTICA

Medida provisória cria a CREG – Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética
Por Larissa Fafá - 28 de junho de 2021 - Em Política energética, Setor elétrico

Governo publicou nesta segunda (28), a medida provisória editada em resposta à crise energética – e que entre congressistas recebeu o apelido de MP do Racionamento. A MP 1055 cria um comitê interministerial com mais poder de ações emergenciais e retira o trecho que previa a possibilidade de racionalização compulsória de energia.

Veja a íntegra no Diário Oficial da União (DOU). → <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.055-de-28-de-junho-de-2021-328509026>

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, vem repetindo em toda oportunidade que a necessidade de racionamento está descartada. Versão inicial da MP previa essa possibilidade.

Foi mantido no texto, contudo, a possibilidade de contratação de energia elétrica ou de reserva de capacidade, por determinação do gabinete de crise que será instalado.

O objetivo é atravessar o segundo semestre, reta final do período seco, que dura até novembro.

“[A MP] permite a adoção de medidas excepcionais e temporárias para otimização do uso dos recursos hidroenergéticos no enfrentamento da atual situação de escassez de água e de suas consequências na segurança do suprimento energético”, diz o Ministério de Minas e Energia (MME), em nota.

Bento Albuquerque tem um pronunciamento marcado para hoje, às 20h, em rede nacional. Vai defender a economia de água e energia e garantir que não será necessário criar um programa de racionamento obrigatório.

O governo tem reforçado que a crise é causada pela escassez histórica.

Em maio, o Sistema Nacional de Meteorologia (SNM) emitiu o primeiro alerta de emergência hídrica para a região hidrográfica da Bacia do Paraná, que responde por mais de 50% da capacidade de armazenamento de água para geração hidrelétrica no SIN e abrange os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, explicou o MME.

“Essa situação indica a necessidade de grande articulação entre todos os órgãos e entidades responsáveis pelas atividades dependentes dos recursos hídricos – entre as quais se destacam a gestão dos usos múltiplos da água, a geração de energia, o meio ambiente, a agricultura e os transportes”.

Gabinete de crise

A medida provisória cria a CREG – Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – , um comitê interministerial presidido pelo Ministério de Minas e Energia.

Além do MME, a CREG será formada pelos ministérios do Desenvolvimento Regional, Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Meio Ambiente; Infraestrutura; e Economia

Constam como atribuições da CREG a definição de diretrizes obrigatórias em “caráter excepcional e temporário” sobre armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o estabelecimento de prazos para atendimento das medidas e a possibilidade de requisitar informações e subsídios técnicos aos agentes do setor elétrico.

Agências reguladoras, incluindo Agência Nacional das Águas (ANA) e Aneel, além de órgãos como Ibama, EPE e ONS fazem parte da governança dos reservatórios e do setor setor elétrico, mas a MP dá poderes aos ministérios para fazer as deliberações finais.

Uma das competências da nova câmara é homologar as decisões do CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico), que passam a ser obrigatórias para os órgãos federais, para o Operador Nacional do Sistema (ONS) e para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Além dos agentes regulados do setor de energia elétrica, sob responsabilidade da Aneel, e petróleo, gás e biocombustíveis, regulados pela ANP.

Nas decisões está inclusa a possibilidade de redução de vazão das usinas, desde que sejam superiores às vazões em condições naturais do local e busquem adequada compatibilização da política energética, de recursos hídricos e ambiental.

Possíveis custos para consumidores

O texto exclui a previsão explícita de programas de racionalização compulsória de consumo de energia elétrica, que foi mal recebida por lideranças políticas e pelo mercado, bem como o programa prioritário na contratação de termelétricas.

Na prática, o programa de térmicas ainda pode ser determinado pela CREG: o novo texto prevê que o órgão pode deliberar pela contratação de reserva de capacidade ou de energia elétrica de forma emergencial e por meio de leilões simplificados.

No caso de reserva de capacidade, tipo de contratação criada pela MP 998, a contratação de potência para atender o sistema elétrico também é custeada pelos consumidores cativos, em troca do benefício trazido pelo aumento da integridade do sistema.

Eventuais custos para os concessionários das hidrelétricas relacionados à mitigação de impacto ambiental causado pelas medidas emergenciais poderão ser reconhecidos pela Aneel e pagos por meio de encargos na conta de energia.

No início de junho, o MME se reuniu com grandes consumidores de energia para tratar de ações voluntárias para reduzir os picos de demanda e “contribuir com a flexibilidade da operação do sistema”.

Participaram da reunião representantes da ABDIB (infraestrutura), Abiape (autoprodução de energia) e Abrace (grandes consumidores).

Paralelos com a crise de 2001

Em meio à pior crise hídrica dos últimos 90 anos, o governo Bolsonaro tem afirmado que a situação atual é diferente da crise do Apagão que marcou o fim do governo Fernando Henrique Cardoso em 2001.

Segundo o MME, o que está em estudo são medidas voluntárias de racionalização de energia, para reduzir o consumo em horários de pico.

O racionamento voluntário também chegou a acontecer em 2001.

Na época, FHC criou ainda um grupo ministerial para monitorar a crise de energia que gerou apagões no país. Chefiado pelo então ministro da Casa Civil, Pedro Parente, o comitê ficou conhecido como 'ministério do apagão'.

Recentemente, segundo o Valor, Parente criticou a baixa autonomia dos ministros e integrantes do governo Bolsonaro para enfrentar a crise hídrica.

“A confiança do presidente em mim e no meu trabalho foi fundamental para a gestão da crise de energia. É impossível fazer um trabalho desses com o atual presidente da República porque ele não delega nada para ninguém. Ele se usa dos ministros e das pessoas enquanto lhe convém e, quando não lhe convém mais, ele se desfaz imediatamente. Pior do que isso, dois dias depois de convidar alguém para ser ministro já desautoriza em público, coisa que para mim não funcionaria de maneira nenhuma”, criticou durante participação no podcast do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças.

Ao relembrar a crise de 2001, o ex-ministro de FHC e ex-presidente da Petrobras no governo Michel Temer disse que além da autonomia, o diálogo aberto com a sociedade e a transparência sobre o tema foi um dos pontos cruciais para que a população aderisse ao racionamento voluntário de energia em 2001, e evitasse cortes compulsórios.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 28/06/2021

GOVERNO ACIONA STF CONTRA TENTATIVA DE MINAS GERAIS DE TOMBAR RESERVATÓRIOS HÍDRICOS

Por epbr - 28 de junho de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter, Política energética, Setor elétrico

Contato da redação
epbr@epbr.com.br

em jogo

A Presidência da República moveu uma ação contra a tentativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) de tombar os reservatórios da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, criando cotas mínimas, antes sujeitas a decisões de órgãos federais.

— O conflito entre o governo federal e Minas Gerais pela gestão do Lago de Furnas chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) justamente no momento em que o Ministério de Minas e Energia (MME) prepara uma medida provisória para alterar a gestão das grandes hidrelétricas, diante da crise energética.

— Os deputados mineiros aprovaram, ano passado, a criação de cotas mínimas para o Lago de Furnas (762 metros) e Lago de Peixoto, da UHE Mascarenhas de Moraes (663 metros), “de modo a assegurar o uso múltiplo das águas, notadamente para o turismo, a agricultura e a piscicultura”, diz a emenda à Constituição do estado.

— Em 24 de junho, o nível de Furnas estava em 758 metros e 31% do volume útil; Mascarenhas de Moraes, em 660 metros e 49%.

— Na ação, o governo argumenta que a competência sobre o uso da água é federal, com implicações na regulação do setor de energia.

— E na medida provisória, que vem sendo ventilada há algumas semanas, pretende mudar a governança dos reservatórios para garantir maior celeridade nas decisões. Até o momento, o Ministério de Minas e Energia tem descartado a necessidade de racionamento.

A insatisfação do estado é antiga. Desde o ano passado, o Lago de Furnas não atinge a cota de 762 metros. O valor não é arbitrário e consta, inclusive, em decisões da Agência Nacional de Águas

(ANA) como o regime normal de operação do reservatório, definição que chegou a ser comemorada pelo governador Romeu Zema (Novo).

— “O presidente Jair Bolsonaro e o Ministério de Minas e Energia têm o compromisso de elevar a cota do lago de Furnas para 762 metros”, afirmou Bento Albuquerque em dezembro do ano passado, em reunião com Zema, Rodrigo Pacheco (DEM/MG) e parlamentares do estado.

Veja a íntegra da petição inicial (.pdf) na ADI 6889, sob relatoria da ministra Cármen Lúcia.

Bandeira vermelha. Amanhã (29/6), a Aneel deve definir o novo valor das bandeiras tarifárias, que seguem no maior patamar (vermelho 2) em julho. André Pepitone, diretor-geral da agência, já antecipou que a cobrança extra nas contas de luz deve subir mais que o previsto.

Petrobras no leilão de energia. Empresa foi a única a fechar contratos no leilão de energia na sexta (25/6), vendendo energia da UTE de Cubatão (SP), abastecida com GNL. Para entrega em cinco anos, o preço foi R\$ 172,39/MWh; e para quatro anos, de R\$ 151,15/MWh.

— Leilão tinha o objetivo de substituir, com gás ou carvão, a energia de contratos que estão saindo do sistema. Apesar dos prazos, típicos dos leilões de energia nova, a concorrência permitiu a inclusão de térmicas existentes. Modelo poderá ser repetido, segundo o MME. (MegaWhat)

Política de preços. A justificativa da Petrobras para manter os preços do diesel e da gasolina praticamente sem reajuste desde 1º de maio é a espera por uma tendência clara no mercado, defendeu o presidente da companhia, Joaquim Silva e Luna.

— “Separamos aquilo que é conjuntural do que é estrutural”, disse em audiência na Câmara (Valor). A inflação de transportes chegou a 15,29% no acumulado em 12 meses até junho, de acordo com a prévia da inflação oficial (IPCA-15). Folha

Brent. Preços futuros do óleo abrem a semana perto da estabilidade, negociados acima dos US\$ 75 por barril, após cinco semanas seguidas de alta. Para frente, o mercado tenta se antecipar à reunião da OPEP+, grupo liderado por Rússia e Arábia Saudita, que se reúne na quinta (1º/7). A expectativa é por aumento da oferta.

— No fim de semana, o Pentágono confirmou um bombardeio a posições de grupos militares que seriam ligados ao Irã na fronteira da Síria com o Iraque. É a segunda operação do tipo ordenada por Joe Biden, democrata que assumiu a presidência no lugar de Donald Trump. Ofensiva ocorre enquanto os EUA e o Irã negociam a retomada do acordo nuclear.

Novo corte na R17. A Justiça Federal de Florianópolis aceitou um pedido para excluir 26 blocos da Bacia de Pelotas da 17ª rodada da ANP, prevista para outubro. Na decisão, pesou o risco ambiental da exploração de petróleo na região.

— Pelotas é uma bacia de nova fronteira, praticamente inexplorada – foi alvo de extensas campanhas sísmicas, mas sem perfuração de poços. Iniciativas mais recentes foram feitas pela Petrobras, em um projeto em sociedade com a Total Energies (novo nome da Total), mas as empresas acabaram desistindo dos contratos.

A Enauta vai assumir 100% do campo de Atlanta, no pós-sal da Bacia de Santos, após a ANP concluir a análise das garantias apresentadas pela companhia. Atlanta é o principal ativo de produção da empresa, que também detém participação no campo de gás de Manati, na Bacia de Camamu, ativo que tem acordo de venda com a Gas Bridge.

Pressão ambiental. Um recente estudo produzido pelas organizações Corporate Accountability, Global Forest Coalition e Friends of the Earth International questiona os planos de transição energética de grandes corporações em diversos segmentos da economia.

— Em entrevista à epbr, Rachel Rose Jackson, co-autora da pesquisa e diretora de Política Climática e Pesquisa da Corporate Accountability, afirma que a falta de detalhamento e ações reais nos planos net-zero atrasam a transição necessária para uma economia de baixo carbono. Veja na íntegra

— É mais um capítulo da pressão crescente sobre o mercado para acelerar planos de transição para atividades com pegada de carbono reduzida, até atingindo a neutralidade.

Hidrogênio. A gigante do petróleo Saudi Aramco não vê uma disparada da demanda por hidrogênio no curto prazo e, mais importante, considera um cenário em que a alternativa terá dificuldade para deslocar o consumo de outros combustíveis líquidos.

— “Isso porque a infraestrutura e a demanda ainda não chegaram lá. O arcabouço regulatório [necessário] para precificar o hidrogênio azul não está colocado na maioria dos países”, afirmou Ahmed al-Khowaiter, CTO da Saudi Aramco. S&P Global Platts (em inglês)

— Na epbr, duas perspectivas convergem para a expectativa de que o Brasil é um mercado promissor para produção de hidrogênio: as entrevistas com Agnes da Costa (MME) e Mariana Campos (Souto Corrêa).

O Porto do Açu conquistou pela segunda vez o Prêmio Mundial de Sustentabilidade 2021 promovido pela Associação Internacional de Portos (IAPH, na sigla em inglês), agora em duas categorias.

— O Açu foi o único porto premiado em duas categorias, entre 37 portos de 21 países diferentes, com 64 projetos inscritos.

— “Protegendo as Tartarugas Marinhas” foi o projeto que venceu na categoria ambiental (Diálogo porto-cidade) e narra as ações do Programa de Monitoramento das Tartarugas Marinhas, executado pela PdA, Açu Petróleo e Ferroport.

— Já o projeto “Juntos na Luta contra a Covid-19” foi premiado na categoria Saúde, Segurança e Proteção e destaca os esforços para proteger trabalhadores e a comunidade do entorno do Açu durante a pandemia.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 28/06/2021

DEMANDA DE HIDROGÊNIO DEVE SUPERAR 200 MILHÕES DE TONELADAS EM 2030, DIZ IEA

Agências internacionais destacam potencial do Brasil para produção de hidrogênio

Por Gabriel Chiappini - 28 de junho de 2021 - Em Política energética, Transição energética

A demanda de hidrogênio irá passar de 90 milhões de toneladas em 2020 para mais de 200 milhões de toneladas em 2030, calcula o cenário carbono zero traçado pela Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês).

O estudo leva em conta a substituição do hidrogênio usado atualmente, feito a partir de combustíveis fósseis, por hidrogênio de baixo carbono — como o verde, produzido a partir da eletrólise com energia renovável.

E o cenário é promissor para o Brasil.

Representantes da IEA e da Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA, em inglês) destacaram o potencial do Brasil na produção de hidrogênio verde, durante o Fórum Ministerial do Diálogo em Alto Nível das Nações Unidas sobre Energia, na última quinta (24).

“O Brasil tem um enorme potencial para hidrogênio com baixo teor de carbono e já estamos vendo atores brasileiros assumindo papéis muito ativos no campo do hidrogênio verde”, disse Mechthild Wörsdörfer, diretora de sustentabilidade da IEA.

Ela citou como exemplo a participação ativa do Porto do Pecém, no Ceará, na Coalizão Global de Portos de Hidrogênio (Global Hydrogen Ports Coalition) formada no mês passado, que pretende compartilhar informações para o desenvolvimento de projetos de hidrogênio ao redor do mundo.

No Brasil, o Pecém vem se destacando por atrair interessados na implementação de um hub de hidrogênio verde na Zona de Processamento de Exportação (ZPE). Até agora quatro empresas já assinaram ou anunciaram a assinatura de memorandos de entendimento para construção de unidades no Pecém.

São elas: White Martins, Fortescue, Enegix, e Qair Brasil. As três últimas calculam investimentos somados de cerca de US\$ 14 bilhões.

Transição para economia de baixo carbono com energia renovável competitiva

Na análise da IEA, o uso de hidrogênio, que atualmente está concentrado na indústria química, terá que se espalhar para outros setores para que as indústrias e países alcancem as metas de neutralidade de carbono.

Já o diretor do IRENA, Dolf Gielen, considera que o hidrogênio verde irá ocupar uma posição chave na transição para uma economia livre de carbono. Mas, para isso, ele acredita que será necessário reduzir os custos da energia renovável — e é onde o Brasil leva uma vantagem.

“O Brasil com seu baixo custo na produção de energia renovável é um ótimo lugar para desenvolver uma indústria de hidrogênio verde para consumo nacional e exportação”, afirmou Gielen.

De acordo com secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME), Paulo César Magalhães, o hidrogênio já aparece como uma tecnologia disruptiva no planejamento de longo prazo brasileiro rumo a uma economia de baixo carbono.

“Poderemos produzir de forma altamente competitiva, não só o hidrogênio verde, mas também as demais cores do hidrogênio”, disse.

Magalhães destacou que 85% da energia elétrica brasileira é renovável, enquanto a média mundial é de 28% , e que o país deve aproveitar a abundância desses recursos para criar uma grande mercado produtor, consumidor e exportador de hidrogênio.

Pacto energético sobre hidrogênio

Durante o evento, o governo brasileiro lançou o pacto energético sobre hidrogênio, com o objetivo de contribuir na consolidação da economia do H2 no Brasil, por meio da alocação de recursos para políticas de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O programa conta com a colaboração dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovações para capacitação e treinamento de pessoal. Também pretende criar uma plataforma digital para consolidar dados sobre o setor no Brasil.

O MME deve apresentar até julho as diretrizes para o Programa Nacional do Hidrogênio.

A elaboração do programa foi aprovada em abril pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e terá participação dos ministérios de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Regional, além da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), sob a coordenação do MME.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 28/06/2021*

PETROBRAS ABRE LICITAÇÃO PARA NOVA UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO NA REPLAN

Por epr - 28 de junho de 2021 - Em Combustíveis, Petróleo e gás, Política energética

A Petrobras anunciou nesta segunda-feira (28) que abriu licitação internacional para a contratação, na modalidade EPC (engenharia, suprimento e construção), de uma nova unidade de hidrotreatamento de diesel na Refinaria de Paulínia (Replan), que terá capacidade para produzir 10.000 m³/dia de Diesel S-10 e deve iniciar a operação em 2025.

A nova unidade também vai aumentar a produção de querosene de aviação (QAV), atendendo, de acordo com a empresa, as especificações, com menores impactos ao meio ambiente.

A Replan começou a operar em 1972 e tem capacidade para processamento de 434 mil bbl/dia. A unidade está situada na cidade de Paulínia-SP, a 118 km de São Paulo.

Refot lançado em maio

A Petrobras lançou no último mês o Programa para ganho de eficiência no refino (RefTOP), que receberá aportes de US\$ 300 milhões até 2025. O RefTOP será voltado às refinarias que ficarão no portfólio da Petrobras – RPBC, Reduc, Recap, Replan e Revap.

Com a concentração do parque de refino na região Sudeste, a estratégia é processar mais óleo do pré-sal e, segundo a Petrobras, aproveitar “vantagens competitivas e oportunidades de aumento da margem de refino”.

Objetivos são a produção de derivados de alto valor agregado, como diesel e propeno (matéria-prima petroquímica, além de aumentar o processamento de petróleos do pré-sal, para aumentar as margens de refino com produtos de maior valor agregado: bunker (combustível marítimo) e diesel S10, ambos com teor reduzido de enxofre.

Petrobras já vendeu uma refinaria

Também em maio, a Petrobras anunciou que seu Conselho de Administração aprovou a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) e seus ativos logísticos associados, na Bahia, para a Mubadala Capital pelo valor de US\$ 1,65 bilhão. A venda foi aprovada recentemente pelo Cade e está sendo questionada pelo Sindipetro-Bahia.

A RLAM tem capacidade para processar 323 mil barris/dia, cerca de 14% da capacidade total de refino do país. Assim como outras unidades ofertadas, a venda inclui dutos e terminais.

Ao todo, a Petrobras pretende vender oito unidades – seis refinarias, a planta de lubrificantes do Ceará (Lubnor) e fábrica de processamento de xisto no Paraná (SIX). Expectativa é receber propostas este ano e concluir as operações em 2021.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 28/06/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

MEDIDA PROVISÓRIA CENTRALIZA GESTÃO DA CRISE HÍDRICA PARA EVITAR RACIONAMENTO DE ENERGIA

MP prevê 'ainda procedimentos competitivos simplificados' para a contratação de energia elétrica

Por Manoel Ventura



A usina Hidrelétrica de Marimbondo está operando abaixo da capacidade por causa do período da estiagem
Foto: Ferdinando Ramos / Agência O Globo

BRASÍLIA — O governo publicou, nesta segunda-feira, uma medida provisória (MP) para centralizar a gestão da crise hídrica e aumentar os poderes do Ministério de Minas e Energia. A medida provisória permite ainda a adoção de "procedimentos competitivos simplificados" para a contratação de energia elétrica, sem especificar fontes que podem ser acionadas.

Com isso, fica aberta a possibilidade de o governo contratar energia com caráter emergencial e sem leilão, numa tentativa de garantir segurança ao sistema elétrico.

O texto não trata da possibilidade de racionamento de energia, o que vem sendo negado pelo governo. Os reservatórios das hidrelétricas do Centro-Sul do país estão em níveis historicamente baixos após o pior período de seca em 91 anos de medição do sistema elétrico.

A MP cria a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (Creg). O objetivo desse colegiado será "estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no país". As medidas não são detalhadas na MP.

Esse colegiado poderá definir diretrizes obrigatórias para, em caráter excepcional e temporário, estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas e eventuais medidas mitigadoras associadas.

Com isso, a MP tira poderes da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Ibama na gestão dos reservatórios, por conta da crise.



Brasília (DF) 18/05/2021 O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, participa do programa Sem Censura, na TV Brasil - Foto: Marcello Casal Jr / Agência Brasil Foto: Marcello Casal Jr Agência Brasil / Agência O Globo

Uma das principais medidas para a crise é a redução das vazões das hidrelétricas. Com isso, as barragens passam a liberar menos água que o previsto nas diretrizes de operação da usina. O objetivo é guardar água e chegar ao período úmido, previsto para começar em novembro, com um mínimo de volume nos reservatórios.

O grupo será comandado pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e será composto também pelos ministros da Economia, da Agricultura, da Infraestrutura e do Meio Ambiente.

O ministro de Minas e Energia terá poderes para definir medidas de forma individual, antes das deliberações com o restante das autoridades.

A MP permite à Câmara requisitar e estabelecer prazos para encaminhamento de informações e subsídios técnicos aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e aos concessionários de geração de energia elétrica.

Numa tentativa de evitar críticas, a MP diz que as medidas da Câmara deverão buscar a compatibilização das políticas energética, de recursos hídricos e ambiental, ponderando os riscos e impactos, inclusive, econômico-sociais.

A MP diz ainda que os custos previstos com as medidas serão cobertos por meio de um encargo nas contas de luz.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/06/2021

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR DEVE SER PARA PREMIAR, E NÃO PUNIR, DIZ RELATOR DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Para Arthur Maia (DEM-BA), modelo de avaliação de desempenho deve premiar bons servidores e recuperar aquelas que não atingem bons resultados

Por Fernanda Trisotto



Deputado Arthur Maia (DEM-BA) é o relator da reforma administrativa na comissão especial da Câmara Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

BRASÍLIA – O deputado Arthur Maia (DEM-BA), relator da reforma administrativa, defendeu que a política de avaliação de desempenho dos servidores públicos tenha foco em premiar os bons funcionários, e não um caráter punitivo a quem tiver má avaliação.

— Mais do que a punição, a avaliação de desempenho tem que ser no sentido de promoção, de premiação, e não de punição. Nós temos que premiar o sujeito que desempenha um bom papel. E aquele que não desempenha o bom papel? Nós devemos fazer de tudo para recuperá-lo – afirmou o deputado durante um webinar promovido pelo Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE) nesta segunda-feira.

Na avaliação de Maia, é mais desestimulante ao bom servidor receber as mesmas promoções do colega que tem mau desempenho apenas porque a progressão da carreira pública ocorre por tempo de serviço.

— O que é que desestimula mais ele (servidor)? Será que ele tem medo de ser avaliado ou o que desestimula ele é ter uma progressão na carreira idêntica àquele que não faz nem metade do que ele faz? Obviamente que é essa segunda opção – afirmou.

E acrescentou:

— Não há nada mais desestimulante do que o modelo que existe hoje no serviço público, em que o bom e o mal são premiados de maneira idêntica.

Maia elogiou um modelo dos Estados Unidos, que prevê um trabalho específico de recuperação do servidor que é mal avaliado, buscando capacitá-lo para o serviço público.

— Fazer concurso, preparar o servidor pra entrar, tudo isso custa dinheiro (ao Estado), e se (o servidor) for demitido, vai ficar mais caro ainda. Há de se fazer tudo para recuperar esse servidor – defendeu.

Uma das mudanças propostas na reforma administrativa é acabar com as progressões e promoções automáticas, apenas por tempo de serviço. O novo modelo prevê que o futuro servidor só vai crescer na carreira com base na entrega de resultados e avaliação de desempenho.

Essa avaliação já está prevista na Constituição, mas depende de uma lei complementar para ser regulamentada – o que não ocorreu até hoje.

Apesar de algumas propostas já terem iniciado tramitação no Congresso, nenhuma foi adiante. O governo já sinalizou que, após a aprovação das mudanças constitucionais desta reforma administrativa, deve enviar um projeto de lei para nortear os critérios de avaliação do funcionalismo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/06/2021

PETROBRAS, BANCO DO BRASIL E MAIS TRÊS GRANDES ESTATAIS CORTAM 25% DO PESSOAL EM SEIS ANOS

Busca de Estado menor, crise econômica e digitalização explicam perda de 111 mil empregados. Ex-funcionários lamentam perda de benefícios

*Por Glauce Cavalcanti, Carolina Nalin e Gabriela Medeiros**

As cinco grandes estatais federais do país — Banco do Brasil, Correios, Caixa, Petrobras e Eletrobras — perderam mais de 111 mil empregados entre o início de 2015 e março deste ano. Juntas, cortaram pouco mais de um quarto de seu pessoal nesse período, recuando para um total de 327.397, segundo o Panorama das Estatais, do Ministério da Economia.

As maiores baixas estão concentradas na Eletrobras (-45,8%) — em vias de ser concedida à iniciativa privada — e na Petrobras (-42%).

Esse encolhimento é puxado por uma combinação de fatores, que vão da orientação para redução do tamanho do Estado desde o governo Michel Temer até a crise econômica, que impacta a capacidade de investimento das empresas e leva o governo a recorrer à venda de estatais para equilibrar as contas públicas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/06/2021

CRISE HÍDRICA JÁ AMEAÇA NEGÓCIOS NO ENTORNO DE RESERVATÓRIOS, DE TURISMO A AGRICULTURA

Decisão do governo de privilegiar uso da água para a eletricidade preocupa empresários, que pressionam Congresso para terem mais voz na gestão de recursos hídricos

Por Ivan Martínez-Vargas e Manoel Ventura



A redução do nível do lago de Furnas, em Minas Gerais, alterou a paisagem no Furnas Park, complexo hoteleiro de luxo na cidade de Formiga que vem perdendo visitantes Foto: Daniel Teixeira/ Diox / Agência O Globo

SÃO PAULO E BRASÍLIA - A crise hídrica que ameaça o abastecimento de energia no Brasil já gera efeitos e prejuízos que extrapolam o setor elétrico no centro-sul do país. A decisão do governo de privilegiar o uso da água para a eletricidade tem despertado preocupação e protestos de outras atividades no entorno dos reservatórios das hidrelétricas, como navegação,

turismo, piscicultura e agricultura.

Os impactos mais emblemáticos estão no lago de Furnas, em Minas Gerais, e no de Ilha Solteira, em São Paulo. A mudança na vazão de hidrelétricas na Bacia do Paraná tem impacto até em Itaipu e nas cachoeiras do Iguaçu.

Prefeitos da região de Furnas apontam redução de investimentos e empregos em atividades como criação de peixes e plantações, com riscos para a irrigação e hidrovias. O governo diz que pretende compensar financeiramente os setores afetados.

Decisões sobre os níveis dos reservatórios das hidrelétricas têm, em geral, repercussões regionais. Os setores afetados têm feito pressão sobre o Congresso e pedem que a gestão dos recursos hídricos em conta também seus interesses.

Na tentativa de evitar um apagão, o governo prioriza o acúmulo de água para as usinas, mas diz que não faltará para o consumo humano, apesar de a crise hídrica ser a pior em 91 anos.

Esvaziamento dos reservatórios

Uma das principais medidas para a gestão da crise tem sido a alteração das vazões das hidrelétricas por determinação da Agência Nacional de Águas (ANA). As regras sobre o uso da água determinam que cada reservatório precisa manter uma determinada vazão constante, mesmo que não esteja chovendo.

Quando chove pouco no período úmido, como no último verão, essa exigência gera impactos. O mais evidente é o esvaziamento dos reservatórios ao longo do ano, reduzindo a capacidade das hidrelétricas. Elas respondem por mais de 60% da geração de energia no país. O governo reserva água para as usinas, mas gera impactos em outros setores.

— Todos os conflitos pelo uso da água têm o mesmo raciocínio. Ou o setor elétrico quer poupar água para o futuro no reservatório, e isso implica não passar água a jusante (rio abaixo) e afetar os usos depois da usina, ou quer liberar água para gerar energia de uma cascata de usinas, o que também pode atrapalhar a comunidade do entorno do reservatório — explica Morganna Capodeferro, pesquisadora da FGV.

Perdas no turismo

A disputa pelo uso das águas do lago da hidrelétrica de Furnas, que envolve 34 cidades de Minas Gerais, é o exemplo mais icônico de batalhas que se multiplicam pelo país. O governo vai mexer na vazão para privilegiar o uso da água para energia e controlar a cascata hidráulica rio abaixo, onde estão outras hidrelétricas.



A maioria das cidades no entorno já sente impactos negativos da redução do nível das águas em atividades como irrigação e piscicultura. Só no turismo, já combatido pela pandemia, as perdas são de R\$ 53 milhões este ano, nas contas da Associação dos Municípios do Lago de Furnas (Alago).

Com a crise hídrica, o empresário Paulo Alves viu as margens do lago ficarem mais distantes do resort Furnas Park, que inaugurou diante do espelho d'água em 2010 em Formiga (MG). E os turistas também se afastaram.

— Sem água, a gente perde a beleza da região e a possibilidade de oferecer boa parte dos passeios turísticos. Quando a represa baixa, gera risco à navegação — diz Alves.

Para manter a atratividade do empreendimento, ele precisou construir um pequeno dique para garantir alguma água por ali. Mesmo assim, o movimento refluíu. O hotel de alto padrão, que tem 59 quartos e uma pista de pouso para pequenos aviões, tem dado descontos de até 40% na diária para atrair turistas.

Pressão sobre governo de Minas

Políticos e empresários dessa região de Minas querem aumentar o volume de água represada. Fausto Costa, secretário-geral da Alago, argumenta que a redução do nível do reservatório traz

prejuízos econômicos, sociais e ambientais que não estão sendo considerados pelo governo federal.

Setores da população local têm feito pressão sobre o governo de Minas e deputados federais e senadores mineiros.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que tem base eleitoral ali, tem defendido que o reservatório opere acima dos 762 metros, ou seja, da metade para cima, como quer a comunidade no entorno.

Hoje, o nível está abaixo de 758 metros e a previsão é que se reduza ainda mais ao longo da época de estiagem, até o fim do ano. Para Thadeu Alencar, diretor da Unelagos, que reúne empresários da região, falta planejamento.

— A ANA e o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) querem chegar no limite do reservatório, contando que, no futuro, a condição vai melhorar, mas sem saber se isso vai ocorrer. A gestão é imediatista — critica ele, que é presidente de um clube náutico em Formiga, um dos municípios da região mais atingidos pela seca.

Em Alfenas, a cerca de 200 quilômetros de Formiga, o empresário Miguel Barbosa, de 70 anos, conta que seu filho precisou vender uma área em que criava peixes na cidade.

— Essa oscilação grande é pior do que se ficasse o nível baixo sempre porque gera imprevisibilidade e impacto ambiental — queixa-se Barbosa.

Reação em cadeia

Especialistas explicam que reter água no lago de Furnas teria impacto em todas as demais hidrelétricas da bacia do Rio Paraná, que estão abaixo da de Furnas, até Itaipu, no Paraná. Ao todo, dez usinas seriam afetadas.

Jerson Kelman, ex-presidente da ANA e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) precifica em R\$ 8,6 bilhões o valor do volume que deixaria de ser usado para a produção de energia elétrica na região.

As cachoeiras em Foz do Iguaçu, que já vêm chamando a atenção pela redução do volume, podem ser ainda mais afetadas, impactando o turismo naquela região.

— O volume de água que passa pela usina de Furnas gera energia também em todas as outras na cascata. Se a água não é liberada, perde-se o valor dessa água na cascata inteira. Até Foz do Iguaçu, no final, seria afetada — explica Morganna Capodeferro, da FGV.

O secretário de Turismo de Foz do Iguaçu, Paulo Angeli, afirma que a seca de fato tem reduzido o volume de água na principal atração turística da cidade e que isso pode ser uma preocupação no futuro. Hoje, porém, ele diz que o turismo na cidade segue em retomada pós-pandemia.

Para evitar racionamento: Indústria propõe reduzir ao menos 5% do consumo de energia nos horários de pico

Também têm sua viabilidade ligada ao lago de Furnas a navegabilidade da hidrovia Tietê-Paraná, que escoia principalmente a produção de grãos do agronegócio. A vazão do reservatório de Ilha Solteira, em São Paulo, também pode afetar a hidrovia. Trocar um comboio fluvial por caminhões pode significar um custo de transporte três vezes maior.

Impacto na pesca

O governo pretende reduzir a vazão das usinas de Jupuí e Porto Primavera para controlar melhor as vazões da Bacia do Paraná. A usina de Jupuí, por exemplo, terá sua vazão reduzida para 2.300 metros cúbicos por segundo — abaixo da média histórica.



Outra visão do lago de Furnas esvaziado: 34 cidades mineiras afetadas Foto: Agência O Globo

A medida vai gerar lagoas, aprisionando peixes e gerando prejuízos para pescadores, além de uma eventual paralisação da hidrovía Tietê-Paraná.

Isso porque, quando o nível da água desce, a navegabilidade na região de Nova Avanhandava fica prejudicada pelas pedras no leito do rio. Uma obra para amenizar o problema chegou a ser iniciada em 2017, mas

foi paralisada em 2019.

Em Ilha Solteira, a ANA determinou em 21 de junho a manutenção de uma cota mínima de 325 metros, acatando uma proposta feita pelo governo de São Paulo e pelo Ministério da Infraestrutura. A cota visa a minimizar o impacto sobre o tráfego na hidrovía.

Um dia antes, o nível estava em 325,48 metros, 47,4% do volume útil. Em crises passadas, a comunidade local chegou a pedir na Justiça a paralisação da usina para manter o nível mais alto das águas.

O secretário de Logística e Transportes de São Paulo, João Octaviano Machado Neto, diz que a negociação com a ANA garante a manutenção da hidrovía por enquanto:

— A ANA nos respondeu de forma positiva, mas depende do agravamento da crise.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/06/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

AGRONEGÓCIO PASSOU A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ, DIZ GUEDES

Por Lorena Rodrigues e Clarice Couto



Guedes e outras autoridades do governo participam nesta segunda-feira de evento do Banco do Brasil de lançamento do Plano Safra 2021/2022 - Imagem: Edu Andrade/Ministério da Economia

Brasília e São Paulo - O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a economia brasileira passa por um processo de desindustrialização. “Neste ano, o agronegócio passou a indústria de transformação pela primeira vez. Fomos sendo desindustrializados lentamente, o que é

ruim para o País. Agora o setor agro desafiou a baixa qualidade de políticas econômicas e afirmou sua vantagem comparativa no cenário mundial”, afirmou.

Guedes e outras autoridades do governo participam nesta segunda-feira de evento do Banco do Brasil de lançamento do Plano Safra 2021/2022.

“A pandemia demonstrou para o mundo a vocação brasileira. O Brasil já sabe da competitividade do agronegócio”, acrescentou o ministro da Economia.

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, destacou o “desafio” que propôs ao setor agropecuário, na semana passada, de o Brasil atingir uma produção de 300 milhões de toneladas de grãos na safra 2021/22. “Fiz o desafio no anúncio do Plano Safra de chegarmos a 300 milhões de toneladas de grãos em 2021/22. Com todo o apoio que recebemos, vamos atingir esse objetivo”, afirmou a ministra, durante a cerimônia realizada em Brasília.

Tereza Cristina agradeceu ao presidente da República, Jair Bolsonaro, presente na cerimônia, pelo apoio dado ao agronegócio, assim como ao ministro Paulo Guedes, e sua equipe, na construção do Plano Safra 2021/22.

A ministra destacou também o papel do Banco Brasil na oferta de crédito ao setor, afirmando que o banco é o que mais concede recursos para a agricultura familiar por meio do Pronaf.

O presidente do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, por sua vez, disse que o banco oferecerá a pequenos e médios produtores R\$ 34 bilhões na safra 2021/22, que começa em 1º de julho, de um total de R\$ 135 bilhões que o BB disponibilizará na temporada.

Ribeiro reforçou que os R\$ 135 bilhões representam montante 20% maior do que o ofertado pelo banco na temporada 2020/21, que termina em 30 de junho.

“Na safra 2020/21, desembolsamos R\$ 460 milhões por dia, R\$ 115 bilhões em todo o ciclo. Também liberamos mais de R\$ 1 bilhão por meio do PCA (programa para construção de armazéns e silos) e atendemos 5,4 mil municípios, considerando toda a cadeia do agronegócio”, afirmou Ribeiro na abertura da cerimônia.

Ribeiro destacou que o banco continuará aprimorando o atendimento ao setor de diversas formas, recorrendo a ferramentas como instrumentos do mercado de capitais e oferta de seguros para o campo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 28/06/2021

MAIS SAUDÁVEL, ELETROBRÁS AINDA INVESTE POUCO

Após obter sinal verde para a privatização, estatal tem desafio de elevar investimentos; desde 2017, a média foi de R\$ 1,9 bilhão ao ano

Por Renée Pereira, O Estado de S.Paulo

A Eletrobrás passou os últimos quatro anos arrumando a casa para ser privatizada e atrair investidores. Nesse período, a estatal reduziu o quadro de funcionários, cortou despesas e vendeu algumas subsidiárias. Como resultado, os indicadores de alavancagem tiveram melhora, o caixa dobrou e o valor de mercado da companhia saltou 155%, para R\$ 69 bilhões.

A capacidade de investimento, no entanto, continuou limitada pelas travas do governo para a estatal se endividar, afirmam especialistas. De 2017 para cá, a média de investimento foi de R\$ 1,9 bilhão ao ano, conforme dados da consultoria Econômica. No período anterior, quando havia grandes projetos, a média chegou a R\$ 10 bilhões. Esse é um dos principais argumentos a favor da privatização.

Espera-se que, sem as travas estatais, a companhia possa dar andamento à sua expansão, interrompida desde a emissão da Medida Provisória 579, no governo Dilma Rousseff. A estatal teve prejuízos bilionários por causa da renovação dos contratos de geração de suas usinas a um valor que cobria apenas o custo de manutenção – por causa da regra para reduzir o preço da energia.



Além disso, a companhia também foi envolvida em esquemas de corrupção descobertos pela Operação Lava Jato, o que afetou ainda mais sua capacidade de investimento. "Com a capitalização e uma gestão mais eficiente, a expectativa é destravar investimentos relevantes para o aumento da capacidade de geração e transmissão de energia da estatal", diz Caio Loureiro, advogado de infraestrutura do escritório Cascione Pulino Boulos Advogados.

Papel. Eletrobrás responde por 1/3 da geração do País
Foto: Fabio Motta/Estadão

Embora seja a terceira vez que o governo federal tenta vender a estatal, especialistas – defensores da privatização, como Elena Landau – criticam a forma atribulada como o processo tem sido conduzido. Primeiro porque, segundo a economista, uma operação dessa envergadura não deveria ser feita por meio de uma MP e com a inclusão de políticas públicas.

Para Daniel Martins, diretor da área de energia elétrica da consultoria Roland Berger, a privatização deveria trazer benefícios de melhor alocação de recursos, que gerasse mais lucros e maior arrecadação para o governo. "É preciso criar uma forma de gestão mais alinhada aos negócios", diz. Mas, ao trazer os "jabutis" para dentro da MP, o processo fica comprometido e afeta o acesso ao capital.

Outra crítica vem do modelo de privatização. O governo optou pela capitalização da empresa em que vai diluir sua participação e deixar de ser controlador. Mas a expectativa é que tenha em mãos a chamada golden share, um instrumento que dá poder de veto ao governo. Para Martins, a inclusão desse mecanismo não deveria ser motivo para afastar investidores. "Na Europa, algumas privatizações têm esse instrumento. Mas uma golden share na Inglaterra não é igual a uma no Brasil." Isso porque o governo tem um histórico de intervenção em estatais.

Na prática, isso acaba afastando investidores e compromete a precificação das ações para a capitalização. "Qualquer medida que possa diminuir a autonomia da empresa reduz o apetite do investidor", diz o sócio do escritório BMA Advogados, José Guilherme Berman.

Na avaliação de Martins, a inclusão de políticas públicas na MP e a golden share podem criar uma seleção adversa. Isso significa que alguns investidores podem ficar de fora do processo por preocupações com o futuro. Mas haverá o interesse de outros atores, que não se incomodam com essas questões e estão de olho no potencial da companhia – que detém a maior capacidade de geração do País e a maior rede de transmissão.

"Alguns grupos, como Engie e AES Tietê, estão se posicionando para a transição energética e, nessa estratégia, a Eletrobrás pode ser um negócio importante", diz o ex-executivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Nelson Siffert, pesquisador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ.

Tamanho. Hoje a estatal é responsável por quase um terço da capacidade instalada do País, mas nem tudo vai entrar na capitalização. Dos 51.143 megawatts (MW) do grupo, 15.990 MW ficarão de fora. Essa é a geração de Itaipu Binacional e Angra 1 e 2. As duas empresas continuarão sob controle estatal. Além de Furnas, Eletronorte e Chesf, a holding detém participação em 83 Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Ao longo dos últimos anos, a Eletrobrás vendeu quase 100 SPEs e sete distribuidoras deficitárias, que prejudicavam o desempenho financeiro do grupo. Isso aliado ao Plano de Demissão Voluntária (PDV), que ajudou a reduzir o quadro de pessoal de 26 mil para 12 mil, e ao Centro de Serviços Compartilhados entre as estatais do grupo, permitiu um corte de 40% nas despesas da companhia.

“Podemos reduzir a alavancagem da empresa de 8,8 vezes a sua geração de caixa anual (Ebitda) para menos de 2 vezes. Revertemos todos os R\$ 30 bilhões de prejuízos acumulados de 2012 a 2015, e em menos de quatro anos (2016 a 2020) acumulamos mais de R\$ 32 bilhões de lucro”, afirma o ex-presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr.

O analista da Fitch Ratings, Wellington Senter, afirma que a expectativa é que a capitalização movimente cerca de US\$ 5 bilhões (R\$ 25 bilhões). Esse valor ficaria no caixa da empresa, mas como está prevista a renovação antecipada de concessões de 26% da capacidade instalada da empresa, parte do valor seria repassado ao governo por meio de pagamento de outorga. “A Eletrobras terá uma nova concessão de trinta anos para os ativos envolvidos e poderá recontratar essa capacidade com melhores condições comerciais”, diz.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/06/2021

CIMAR AZEREDO PEREIRA É EFETIVADO DIRETOR DE PESQUISAS DO IBGE

O governo federal nomeou Cimar Azeredo Pereira no cargo de diretor de Pesquisas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cimar Pereira já estava na função interinamente e foi efetivado por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira, 28, dois meses depois de o cargo ficar sem titular.

Pereira assume a Diretoria de Pesquisas do IBGE no lugar de Eduardo Rios Neto, que passou a presidir o órgão em abril deste ano, em substituição a Susana Cordeiro Guerra.

Ela pediu exoneração do comando do IBGE depois da aprovação de redução no orçamento do Censo Demográfico de 2021.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/06/2021

MP DÁ PODER A MINISTÉRIO PARA ENFRENTAR CRISE HÍDRICA, MAS TEXTO EXCLUI 'RACIONALIZAÇÃO COMPULSÓRIA'

Trecho abria a possibilidade de o governo implementar um racionamento de energia e, após repercussão negativa, ficou de fora de versão final da minuta da medida provisória

Por Anne Warth, Gustavo Porto e Marlla Sabino, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O governo publicou nesta segunda-feira, 28, uma medida provisória (MP) que dá poderes excepcionais para o enfrentamento da crise hídrica ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. O Estadão/Broadcast antecipou a versão final da MP, que sofreu várias mudanças em relação à primeira proposta, também revelada pela reportagem.

Após a repercussão negativa, o governo decidiu retirar o termo "racionalização compulsória" do texto. O trecho abria a possibilidade de o governo implementar um racionamento de energia. Não há mais nenhuma menção à programa de racionamento (corte compulsório no consumo de energia) ou a racionalização (incentivo à economia de energia). A MP foi publicada em edição extra no Diário Oficial da União (DOU).

Pela MP, todos os custos dessas decisões, financeiros e ambientais, serão pagos por meio de um encargo embutido na conta de luz - o Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que é pago por todos os consumidores, sejam os cativos atendidos por distribuidoras, sejam os livres (grandes consumidores, como indústrias).



*Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia
Foto: Marcelo Camargo/ Agência Brasil*

O governo trocou também o nome e a composição do grupo que poderá determinar mudanças nas vazões de reservatórios e hidrelétricas. Agora, as ações serão da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) - na versão anterior, era Câmara de Regras Operacionais Excepcionais para Usinas Hidrelétricas (CARE).

O texto prevê que o ministro poderá praticar atos "ad referendum", o que significa que Bento Albuquerque poderá definir medidas de forma individual, antes das deliberações com o restante das autoridades. Essas decisões deverão ser analisadas posteriormente nas reuniões.

Caberá ao comitê "adotar medidas emergenciais para enfrentar os riscos de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e segurança do suprimento eletroenergético". Presidido pelo ministro de Minas e Energia, o grupo será formado ainda pelos ministros do Desenvolvimento Regional, Agricultura, Meio Ambiente, Infraestrutura e da Economia - este último estava ausente na primeira versão da MP e foi incluído pelo novo texto.

A MP, porém, não traz muitos detalhes sobre o que seriam as "medidas excepcionais" que poderão ser adotadas.

Em 2001, o governo também formou um grupo para gerenciar a crise no setor elétrico. A Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE) foi criada por meio de medida provisória dois meses antes do início do racionamento. O grupo era presidido pelo ministro da Casa Civil do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Pedro Parente.

O texto da MP de 2001 já deixava claras as medidas que poderiam ser adotadas, como o funcionamento e as metas do programa emergencial de redução compulsória de consumo, medidas para atenuar os impactos da crise sobre crescimento, emprego e renda, propostas de diversificação da matriz energética, restrições ao uso da água de hidrelétricas e a cobertura das perdas das distribuidoras, que tiveram direito a reajustes extraordinários em razão dessas decisões.

A nova minuta excluiu a participação dos chefes da Casa Civil, ministério mais próximo da Presidência da República, e da Advocacia-Geral da União (AGU), além de dirigentes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Agência Nacional de Águas (ANA), Ibama, Operador Nacional do Sistema Elétrica (ONS) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O grupo definirá "diretrizes obrigatórias" para, "em caráter excepcional e temporário", estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das hidrelétricas, estabelecer prazos para atendimento às diretrizes e requisitar informações técnicas de agentes do setor e de concessionários de usinas.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 28/06/2021*

REFORMA DO IR PROPÕE DISTRIBUIR RENDA COM MAIS 'JUSTIÇA', DIZ ASSESSOR DE GUEDES

Segundo Isaías Coelho, mudanças propostas pelo governo estão em linha com o que é feito no resto do mundo

Por Adriana Fernandes , O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O assessor especial do Ministério da Economia, Isaías Coelho, diz que o projeto de reformulação do Imposto de Renda entregue pelo governo ao Congresso na semana passada redistribui o peso da carga tributária com mais "justiça" e em linha com o que é praticado no resto do mundo. "O impacto geral certamente é pró-distribuição da renda. É progressivo", afirma. Um sistema tributário mais progressivo significa que quanto mais a pessoa ganha, maior deve ser o peso do imposto pago.



Para ele, o projeto permite reduzir a carga das empresas e, ao mesmo tempo, dar uma folga maior no Imposto de Renda do assalariado. "É um conjunto de medidas que fazem sentido juntas", afirma. O assessor do ministro da Economia, Paulo Guedes, admite que a equipe gostaria que a redução de cinco pontos percentuais na alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), fosse maior, mas as restrições fiscais impediram um movimento mais forte.

Isaías Coelho, assessor especial do Ministério da Economia. Foto: Felipe Rau/Estadão - 31/3/2016

Coelho lembra que a volta da cobrança de lucros e dividendos é pedida há muito tempo e afirma que a taxaçoão pode aumentar investimentos no País, na contramão do que afirmam os críticos. "Há 25 anos, nós não tributamos dividendos. Para o acionista é um paraíso. Mas do ponto de vista social não é certo", diz.

O setor produtivo diz que vai pagar mais com o projeto, que a redução do IRPJ veio menor do que esperado e que a taxaçoão de lucro de dividendos em 20% está muito alta. Qual a sua avaliação sobre essas críticas?

Nós gostaríamos que a redução na alíquota do IRPJ fosse maior. Uma queda de 5 pontos percentuais tem um impacto já bastante grande na arrecadação. É o que foi possível fazer. O ministro (Paulo Guedes) é favorável a uma tributação menor da empresa e certamente essa redução, embora significativa, não é vista como levando a tributação ao ponto desejável. Claro que há sempre as expectativas de que haja uma redução mais drástica, mas há restrições nas finanças públicas que impedem que se avance muito rapidamente nessa direção.

Não é uma opção de prioridades já que o governo não cortou tanto como esperado as isenções, mesmo das pessoas físicas?

As isenções estão sendo tratadas em separado. Há uma PEC (emergencial, já aprovada) que determina uma reavaliação nas renúncias e isso está em processo. Esse projeto não foi direcionado para as isenções. Certamente, eliminando as isenções, haverá mais espaço para fazer outras mudanças desejáveis na legislação do IR. É algo que ainda vai ser discutido. O fato é que esse projeto, até pelo timing, procurou avançar rápido na solução desses outros problemas.

Mas a reação dos grandes empresários foi grande?

Ninguém gosta de pagar imposto. Quem pode estar infeliz é quem estava totalmente isento. São as pessoas que recebem dividendos e terão que pagar 20%. Certamente é uma mudança que não é para deixar o acionista alegre. Tem um aspecto de justiça e tem aspecto de arrecadação. O projeto permite desonerar a empresa e permite dar uma folga maior do Imposto de Renda do assalariado. É um conjunto de medidas que fazem sentido juntas.

É uma reforma que traz mais distribuição de renda, como muitos cobravam?

Sim, ela tem vários aspectos que serão mais bem vistos analisando no seu conjunto e também nos seus componentes. No mercado de capitais dá um certo tratamento uniforme que facilita e até diminui a carga para alguns segmentos, mas também cobra de outros que não estavam pagando. É o caso dos fundos imobiliários. Já outros (aplicações) pagavam até 22,5%. Quando se baixa

desses 22,5% para 15%, portanto, tornando igual o investimento mais uniforme. E também com uma alíquota moderada. É algo que é desejável.

Mas as empresas dizem que a carga sobe para 49% com a tributação do lucro e dividendos?

Não é correto somar o imposto sobre dividendos com o lucro da empresa, porque são coisas distintas. Estão falando em 49%, mas é um simplismo. Se for para somar, daria 43%. Imagina um lucro de R\$ 1 milhão, a empresa paga R\$ 290 mil de impostos. Sobram R\$ 710 mil. Vamos supor que a empresa distribui todo esse lucro, serão R\$ 140 mil de imposto. Esse imposto que é 14% é que adicionaria aos 29% para chegar a 43%.

Por que não pode somar a carga?

Na verdade, são pessoas diferentes (empresa e pessoa física). O acionista pode ser pessoa física, pode ser até mesmo outra empresa. O lucro não precisa ser distribuído logo. A empresa pode pagar só os 29% e deixar o dinheiro aplicado na empresa. Ele pode reter. Quem paga é o acionista. No mundo inteiro, é visto como algo distinto. É o que todos os países fazem. Eles tributam o dividendo e muitas vezes tributam de forma ainda mais pesada.

Os críticos acham que a tributação com 20% do lucro e dividendos vai afastar investimento, atingir remessas para o exterior e a distribuição de empresa para empresa.

Eles olham muito para a tributação da empresa. Se dermos uma busca da tributação internacional das empresas, investimento, vai haver muita discussão sobre qual país tributa mais ou menos. Mas tributa a empresa. Não vai achar nada lá 'o dividendo é tributado mais'. Para o investidor, o que interessa é a situação da empresa. O fato é que se está reduzindo a alíquota do IRPJ. Na regra atual, uma empresa com lucro de R\$ 1 milhão tem que tirar R\$ 340 mil para pagar imposto. Sobram R\$ 660 mil para investir ou distribuir aos acionistas. Agora, com o projeto, pagará R\$ 290 mil, sobrando R\$ R\$ 710 mil. A capacidade de investimento dela será maior. Sobrará mais dinheiro no caixa. Ela pode distribuir um pedacinho e deixar o resto para distribuir mais adiante. O fato é que tem um efeito positivo em termos de caixa.

E o impacto dessa mudança na tributação no resto do mundo?

Hoje saiu um estudo do economista do banco da Itália que mostra que a empresa faz menos deslocamento de lucro (transferência de lucro de um país para outro para pagar menos) à medida que se reduz o imposto sobre a empresa. É claro que no Brasil, com uma taxa de 34%, das mais altas do mundo, certamente as empresas estavam transferindo lucro daqui de alguma maneira. O incentivo para transferir lucro diminui. A taxa de 29% do IRPJ não é ideal, mas é importante.

Mas a diminuição de 34% do IRPJ para 29% se dará em dois anos. Por quê?

Se espera que com a tributação dos dividendos haja certo represamento da distribuição para economizar imposto. A empresa não distribui tanto como distribuiria se fosse isento. O acionista em muitos casos vai preferir deixar o dinheiro na firma para não pagar o imposto. Nesse caso, a arrecadação, pelo menos no primeiro ano, vai ser menor, sobre dividendos, portanto, o alívio que se dá à empresa é parcial. Essas duas coisas têm que estar balanceadas para não dar um impacto fiscal adverso.

Estudo recente dos economistas Charles Boissel e Adrien Matray, da Universidade de Princeton, baseado em caso semelhante de elevação da tributação de dividendos na França, mostra que houve aumento de retenção de lucros e também de investimentos financiados pela maior poupança das empresas. Pode acontecer o mesmo no Brasil?

Há 25 anos que nós não tributamos dividendos. E todo mundo está acostumado com isso. Para o acionista é um paraíso isso daí. Mas do ponto de vista social não é certo. Outros rendimentos são tributados. Aluguéis pagam imposto, os salários pagam e outras coisas também. Deixar os dividendos com uma coisa privilegiada não é muito bom. A empresa terá mais recursos no caixa para investir. E fica a opção dela distribuir ou não. Como a lei vai entrar em vigor em janeiro, imagino que haverá muita distribuição de dividendos esse ano. Isso já está tudo considerado.

As empresas de lucro presumido estão reclamando demais das mudanças de que a carga vai aumentar. Por quê?

Se você combina com seus colegas de criar uma sociedade comercial, uma empresa praticamente de trabalho, como por exemplo um escritório de advocacia, o custo é muito pequeno. Na verdade, é uma sociedade de profissionais. Quando se estima o lucro (para a declaração pelo regime de lucro presumido) não pega realmente o lucro, e a distribuição que vai ser feita é bem superior àquela que se pagou o imposto da empresa. É uma dupla não tributação. As outras pessoas jurídicas pagam hoje os 34% e não pagam a distribuição do lucro. Mas as de lucro presumido não pagam os 34% do IRPJ e também não pagam dividendos. É uma situação muito injusta. Elas pagam muito menos imposto. Nesse caso, o impacto é alto e é certo. Tem que cobrar mesmo. Todos têm que pagar e elas não estavam pagando.

A volta da tributação de lucros e dividendos foi um tema muito discutido na campanha de 2018 e nos últimos anos. Por que a surpresa?

Todo mundo estava pedindo. Se olhar matérias jornalísticas dos últimos cinco anos, não dá outra coisa. Se o olhar no Congresso, o número de projetos que tem lá tributando dividendos, é quase uma unanimidade. Chiar é compreensível. Chegou a hora. Uma hora chegaria.

Como o senhor resume a proposta?

Essa proposta não é de aumento de tributos. Ela faz um rebalanceamento e redistribui o peso tributário de uma forma mais adequada e mais em linha com a prática do resto do mundo. Com mais justiça, sem dúvida nenhuma. O impacto distributivo dessa medida é muito forte. Na tabela progressiva do IRPF, o alívio é maior quanto menor a classe de renda. O impacto geral certamente é pró-distribuição de renda. É progressivo. Isso é um clamor popular que existe de tornar o sistema mais progressivo.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 28/06/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

PETROBRAS ABRE LICITAÇÃO PARA NOVA UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO NA REPLAN

A entrada em operação está prevista para ocorrer em 2025

Por *Felipe Laurence, Valor — São Paulo*

A Petrobras informou ao mercado nesta segunda-feira que iniciou licitação internacional para implantação de uma nova unidade de hidrotreatmento de diesel e os sistemas auxiliares necessários, visando à adequação e modernização do parque de refino da Refinaria de Paulínia (Replan).

O processo, que vai ocorrer na modalidade EPC (engenharia, suprimento e construção), irá resultar em uma unidade de hidrotreatmento de diesel que terá capacidade de produção de 10 mil metros cúbicos por dia de diesel S-10. A entrada em operação está prevista para ocorrer em 2025.

“Com esse projeto, a Replan será capaz de produzir 100% de óleo diesel de baixo teor de enxofre e aumentar a produção de querosene de aviação, visando o atendimento das especificações e quantidades demandadas pelo mercado futuro, de forma econômica, com segurança operacional e menores impactos ao meio ambiente”, diz a estatal.

Inaugurada em maio de 1972, a Replan é a maior refinaria do Brasil em capacidade de processamento, com carga de 69 mil metros cúbicos por dia de petróleo (equivalente a 434 mil barris por dia, situada na cidade de Paulínia (SP).

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 28/06/2021

BB FECHA ACORDO COM BANCO DOS BRICS PARA FINANCIAR ARMAZENAGEM

Expectativa é oferecer até R\$ 1,5 bilhão para a construção e ampliação de silos e armazéns no país

Por Rafael Walendorff, Fabio Murakawa e Mariana Ribeiro, Valor — Brasília

O Banco do Brasil e o New Development Bank (NDB), o banco de desenvolvimento dos BRICS, assinaram nesta segunda-feira um memorando de entendimento para financiar a expansão da armazenagem no país. A expectativa é oferecer até R\$ 1,5 bilhão para a construção e ampliação de silos e armazéns, com 18 anos de prazo para pagamento.

“O BB está buscando recursos no exterior para apoiar ainda mais o agronegócio brasileiro”, afirmou o presidente do BB, Fausto Ribeiro. Segundo ele, a linha terá “condições atrativas para que os produtores possam ampliar armazenagem da produção, uma solução para esse desafio histórico do agro”, completou.

O presidente do NDB, o brasileiro Marcos Troyjo, afirmou que o acordo será fundamental para o financiamento da infraestrutura no país em busca de desenvolvimento sustentável. “Podemos fornecer apoio essencial para agronegócio do nosso país com a infraestrutura, espinhal dorsal de abastecimento do agronegócio, com estradas, portos, silos, armazéns, irrigação, oportunidades vastas da porteira ao porto”, afirmou durante a cerimônia, direto da China.

Segundo Troyjo, o memorando de entendimento também inclui câmbio, emissão de títulos e investimentos em derivativos.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que nos primeiros cinco anos do NDB haviam sido emprestados US\$ 700 milhões ao Brasil. Desde 2019, já são quase US\$ 5 bilhões. Guedes disse que o acordo do BB com o banco dos BRICS pode ir até além dos portos, com cabotagem e outros métodos para dar mais competitividade para a safra brasileira chegar ao mundo inteiro.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/06/2021



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

NAVIO QUE DESTRUIU PÍER DE TRAVESSIA DE BALSAS ATRACA EM CAIS DA MARINHA NO PORTO DE SANTOS PARA REPAROS

Acidente aconteceu no domingo (20). Navio cargueiro Cap San Antonio realizou o desembarque da carga de contêineres e passará por reparos nos próximos dias.

Por G1 Santos



Embarcação atracou no cais da Capitania dos Portos, em Santos (SP) — Foto: Matheus Tajé/Jornal A Tribuna

O navio cargueiro de bandeira dinamarquesa que colidiu e destruiu as estruturas de um terminal de travessia de balsas em Guarujá (veja abaixo), no litoral de São Paulo, fez a descarga dos contêineres, no fim da tarde de sexta-feira

(25), e atracou no cais da Capitania dos Portos ainda durante a noite. A embarcação passará por reparos nos próximos dias, e assim que os trabalhos forem finalizados, poderá seguir viagem.

O acidente aconteceu no último domingo (20). O navio teve o casco danificado, o que afetou os tanques de água de lastro e causou vazamento. Esses tanques captam água do mar para dentro da embarcação, a fim de manter o equilíbrio do navio durante a navegação.

Segundo divulgado pela Capitania dos Portos, o navio foi liberado pela Sociedade Classificadora para voltar ao cais santista na noite de quarta-feira (23). Ele atracou no terminal da BTP, no bairro Almoa, por volta das 14h de quinta-feira (24), e aguardava a liberação para fazer a descarga dos contêineres, o que ocorreu na sexta-feira.

Os contêineres foram descarregados completamente no fim da tarde de sexta para outra embarcação, que seguirá viagem até o Porto de Paranaguá (PR), e serão entregues a seus clientes. Já no início da noite, por volta das 18h, o navio atracou no cais da Capitania dos Portos.

Em nota, a empresa afirmou que os reparos necessários estão sendo coordenados para que ele retome seu itinerário e navegue para o Porto de Paranaguá o mais rápido possível. A empresa segue à disposição das autoridades e está em frequente comunicação com os encarregados da investigação.

De acordo com a Capitania dos Portos, a agência responsável pelo navio no Porto de Santos contratará uma empresa para realizar os reparos, que devem ocorrer nos próximos dias. Finalizado o trabalho, a Sociedade Classificadora fará outra inspeção, atestando, por meio laudos técnicos, que os reparos estão dentro das condições exigidas.

Em seguida, a Marinha é novamente acionada para realizar outra inspeção, que valida ou não as condições de navegação segura da embarcação. Caso seja validada, ela estará liberada para seguir viagem.



Pier ficou destruído em Guarujá, SP — Foto: Reprodução

Travessia das balsas

Em nota, o Departamento Hidroviário afirmou que aguarda o resultado das vistorias e do inquérito, feito pela Capitania dos Portos, para calcular os prejuízos e as obras que serão necessárias na travessia, em Guarujá. O DH mantém conversas com o escritório que representa o navio no Brasil, para dar celeridade neste processo de forma legal.

O departamento esclarece que tem trabalhado ao máximo para reduzir os efeitos aos usuários, e que nesta semana, mesmo operando com restrição, a travessia Santos/Guarujá registrou excesso de veículos apenas no horário de pico pela manhã. Na manhã deste sábado (26), a travessia operou com cinco embarcações, e não houve registro de espera de mais de 15 minutos.



O DH afirma ainda que, para garantir o atendimento aos ciclistas e pedestres com segurança, mantém nos horários de pico duas embarcações destinadas somente a esses usuários. Do lado de Guarujá, com os danos provocados no atracadouro, os ciclistas e pedestres precisam embarcar pela gaveta do Centro de Controle (CCO). Os usuários estão sendo orientados por meio dos Painéis de Mensagens Variáveis (PMV) sobre restrições e tempo de espera nas travessias.

Acidente

O acidente aconteceu no terminal de travessia de balsas em Guarujá, no domingo (20). O navio Cap San Antonio estava carregado com contêineres no momento da colisão. A embarcação estava no Porto de Santos e tinha como destino o Porto de Paranaguá (PR).

Navio colidiu contra píer em Guarujá, SP — Foto: Arquivo pessoal

O navio atingiu duas balsas paradas para manutenção, danificou um dos três atracadouros de veículos e destruiu o único píer destinado ao embarque de ciclistas e pedestres. A responsabilidade pela apuração do acidente está a cargo da Marinha do Brasil, por meio da Capitania dos Portos.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data: 28/06/2021

FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

RIO BUSCA ATÉ R\$ 12 BILHÕES COM REVISÃO DE RECEITA DO PETRÓLEO

Estado diz que petroleiras pagaram a menos nos últimos cinco anos

Por Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO - Prestes a receber ao menos R\$ 3,5 bilhões pela concessão da Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto), o governo do Rio de Janeiro agora busca obter até R\$ 12 bilhões com a revisão no cálculo de participações especiais cobrados sobre a produção de petróleo no estado.

Segundo o secretário estadual de Fazenda, Nelson Rocha, os recursos seriam devidos pelas petroleiras por interpretação equivocada das deduções de despesas que reduzem os valores pagos sobre a produção nos últimos cinco anos.

A arrecadação com o petróleo é alvo de uma CPI na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) e foi tema de um convênio assinado no último dia 15 entre o governo estadual e a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

Preço do barril de petróleo derrete com a alta nos estoques



O convênio amplia a fiscalização sobre as contas das petroleiras, que o Rio já vem fazendo em paralelo à ANP. "Existe muita coisa que, no nosso entendimento, foi deduzida indevidamente", disse o secretário, em entrevista à Folha. "Não por má-fé, mas por uma interpretação da qual discordamos."

Segundo Rocha, o estado avalia a dívida entre R\$ 8 bilhões e R\$ 12 bilhões. A revisão do cálculo impactará também a receita futura, com aumento de arrecadação entre R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões por ano. Em 2020, ano de petróleo barato, o estado recebeu R\$ 7 bilhões em participações especiais.

Enquanto os royalties são um percentual fixo sobre a produção, as participações especiais são uma espécie de imposto de renda cobrado sobre campos de grande produção de petróleo, calculadas após a dedução dos gastos das petroleiras em suas operações.

O governo estadual analisa usar parte da receita adicional para antecipar o pagamento de dívidas com a União, se aproveitando de artigo da nova lei de recuperação fiscal que permite o uso de ativos para pagar os débitos.

Os ativos, nesse caso, seriam recebíveis lastreados em possibilidades futuras de receita. Rocha diz que o plano de recuperação em elaboração pelo governo Cláudio Castro vai propor a antecipação de algumas dívidas nos primeiros anos do programa.

Outros ativos estão em análise, diz o secretário de Fazenda, como recebíveis de decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que reviu os valores do FPE (Fundo de Participação dos Estados) ou ativos ambientais, como créditos de carbono.

Único estado a aderir ao antigo regime de recuperação fiscal, o Rio foi o primeiro a ter a adesão confirmada no novo programa de socorro, em junho. Até dezembro, tem que apresentar um plano de recuperação, com propostas para cumprir as contrapartidas exigidas.

Como já esteve no outro programa, diz Rocha, o Rio já avançou em algumas das exigências, como o aumento da alíquota previdenciária dos servidores e a realização de leilões reversos para liquidar restos a pagar, além da reestruturação de sua principal estatal, a Cedae.

Agora, precisa aprovar uma lei de teto de gastos e avançar na reforma previdenciária, além de aprofundar medidas relacionadas a servidores e incentivos fiscais.

Com uma dívida de R\$ 172 bilhões com a União, o estado diz que, sem o programa de socorro federal, teria que desembolsar R\$ 63 bilhões em pagamentos ao Tesouro no próximos três anos. Caso o plano de recuperação seja aceito, o valor cai para R\$ 9 bilhões.

Apesar dos ganhos bilionários com a concessão da Cedae, o governo do Rio espera incluir no novo plano a dívida de R\$ 4,4 bilhões tomada em 2017 com o banco francês BNP Paribas para conseguir pagar o salário dos servidores estaduais.

A dívida era garantida pela União, tendo as ações da companhia de saneamento como contragarantia, e venceu em 2020. A inclusão desse valor no novo pacote de socorro está em análise pela PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional).

Caso seja aceita, a receita do estado com a concessão da Cedae este ano sobe de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 7,5 bilhões, diz Rocha. Outros R\$ 1,5 bilhão serão transferidos à companhia como ressarcimento dos ativos.

O valor corresponde a 65% do total que será pago pelas concessionárias dos três lotes concedidos —um deles ficou sem interessados. O leilão, o maior de saneamento já feito no país, arrecadou um total de R\$ 22 bilhões, mas parte do valor é dividido entre os municípios atendidos.

O secretário de Fazenda diz que, com a entrada de recursos e o aumento da arrecadação tributária, o estado deve fechar o ano com sem déficit financeiro. O déficit orçamentário deve ficar na casa dos R\$ 3 bilhões.

O governador Cláudio Castro prometeu usar o dinheiro da Cedae em obras de infraestrutura, com o objetivo de tentar atrair empresas de logística para o estado. O pacote de obras deve ser anunciado nos próximos dias.



AGÊNCIA BRASIL - DF

ANP ASSINA CONTRATOS DO 2º CICLO DA OFERTA PERMANENTE

No certame foram arrecadados R\$ 56,7 milhões em bônus

Por Ana Cristina Campos – Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro



Leilão da ANP, sessão pública do 2º Ciclo da Oferta Permanente © Divulgação ANP/Marcus Almeida

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou hoje (28) a cerimônia de assinatura dos contratos das 18 áreas arrematadas no 2º Ciclo da Oferta Permanente, sendo 17 blocos exploratórios e um com acumulações marginais.

No total, foram sete empresas signatárias: Shell Brasil Petróleo Ltda.,

Eneva S.A., Enauta Energia S.A., Imetame Energia Ltda., Energy Paranã Ltda., Potiguar E&P S.A. e Petroborn Óleo e Gás S.A.

A sessão pública de apresentação de ofertas do 2º Ciclo da Oferta Permanente ocorreu no dia 4 de dezembro do ano passado. Segundo a ANP, no certame foram arrecadados R\$ 56,7 milhões em bônus de assinatura e as áreas arrematadas irão gerar investimentos exploratórios mínimos da ordem de R\$ 160 milhões.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, destacou que o leilão demonstrou que o país está no caminho certo no que diz respeito ao setor de petróleo e gás natural, que teve recorde de exportação no ano passado, mesmo em um ano difícil por causa da pandemia da covid-19.

“Mesmo diante da maior crise do petróleo das últimas décadas, nesse 2º Ciclo houve manifestação de interesse por 14 setores de blocos exploratórios e por duas áreas de acumulação marginal. Números que por si só já representavam grande sucesso. Tal interesse já demonstrava a atratividade e consolidava o modelo de leilões em oferta permanente”, disse o ministro.

Segundo o diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, com os contratos assinados hoje, serão adicionados em torno de 20 mil quilômetros quadrados (km²) de área de exploração, em seis bacias sedimentares brasileiras, uma área quase do tamanho do estado de Sergipe. “Isso significa um acréscimo de 10% em área exploratória concedida”, disse.

Saboia ressaltou ainda que os contratos assinados trarão impactos positivos em nível regional. “Destaco, por exemplo, os quatro blocos arrematados na nova fronteira exploratória na Bacia do Paraná, que poderão trazer produção comercial de hidrocarbonetos pela primeira vez na Região Centro-Oeste, sendo beneficiada com geração de empregos, renda e royalties”.

Edição: Fernando Fraga

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 28/06/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SNPTA AVALIA FORMAS DE FORTALECER ISPS CODE E AUMENTAR SEGURANÇA PORTUÁRIA

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 28 Junho 2021



Arquivo/Divulgação

Secretaria Nacional de Portos informou que não foi notificada sobre auditoria do TCU que apontou instalações portuárias que descumpririam integralmente as normas de segurança. Levantamento de unidade da corte de contas também identificou defasagem em normas da polícia marítima da Polícia Federal.

O Ministério da Infraestrutura informou que, até o momento, não foi notificado sobre a auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a

função de polícia marítima da Polícia Federal (PF) que apontou que as normas regulatórias estão defasadas e que as instalações portuárias não cumprem integralmente as normas de segurança. A Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) faz parte da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), que acompanha o caso e debate possíveis medidas para melhorar a segurança nos portos e terminais brasileiros.

A secretaria destacou que avalia medidas internas que possam fortalecer o cumprimento do Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code) e buscar ações coordenadas junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para promover a segurança portuária, como o incentivo à adoção de soluções tecnológicas para auxílio eletrônico e monitoramento ativo do tráfego aquaviário, tais como Vessel Traffic Management and Information System (VTMIS), Vessel Traffic Services (VTS) e Local Port Service (LPS), dentre outras tecnologias.

Em nota, a SNPTA ressaltou que os núcleos especiais de Polícia Marítima (Nepoms) nos portos são do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que é a entidade que responde ao TCU. Procurada pela Portos e Navios, a PF não retornou os questionamentos até o fechamento desta reportagem. A SNPTA/Minfra acrescentou que a competência quanto à segurança dos portos públicos e demais instalações portuárias é estabelecida no decreto 9.861/2019, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis e sobre as Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis.

A auditoria do TCU constatou que a Polícia Federal portuária está com regulamentação defasada e descumprir normas de segurança. A fiscalização avaliou a organização e o funcionamento das atividades de polícia marítima exercidas nos portos de Santos (SP), Paranaguá (PR), Rio Grande (RS), Suape (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Itajaí (SC) e Vitória (ES). O TCU fez auditoria na Polícia Federal e na Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos) para analisar as ações adotadas na prevenção e repressão a ilícitos praticados em portos, terminais e vias navegáveis.

De acordo com a auditoria, os Nepoms, por falta de estrutura, executam apenas parcialmente as atividades de polícia marítima, e as instalações portuárias não cumprem integralmente as normas de segurança da Conportos. O levantamento apontou insuficiência de efetivo para executar as

atividades de polícia marítima, a inadequação das embarcações disponíveis para o patrulhamento marítimo e a restrição de acesso aos contêineres, imposta pela Receita Federal.

O TCU verificou que as instalações portuárias descumpriram normas de segurança da Conportos relacionadas à ausência de estudo de risco ou plano de segurança, à falta de designação de supervisor de segurança e à inexistência de prevenção a acessos de pessoas não autorizadas. A unidade técnica do tribunal constatou que o Conportos não mantém registros de segurança na Organização Marítima Internacional (IMO) e não cobra informações acerca das fiscalizações realizadas pelas Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Cesportos). A fiscalização foi realizada pela Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública da corte de contas. O relator do processo é o ministro Jorge Oliveira.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/06/2021

EMAP ADERE A PROJETO DE ÉTICA E INTEGRIDADE EMPRESARIAL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28 Junho 2021



A Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) acaba de adotar o projeto "Ética e integridade empresarial na prevenção da corrupção", iniciativa do Ministério Público do Maranhão (MPMA) em parceria com o Sebrae Maranhão. O novo modelo faz parte do escopo do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o MPMA e a Emap, em fevereiro do ano passado, com o objetivo de aperfeiçoar programas de integridade (compliance).

"Nossa missão era implantar um modelo de governança que pudesse maximizar o porto como um vetor para o desenvolvimento do estado", afirma o diretor-presidente da Emap, Ted Lago. "Por isso, vimos a necessidade de criar um programa de compliance".

O Termo de Cooperação Técnica teve por objetivo fortalecer o compromisso do Ministério Público e da autoridade portuária com a prevenção da corrupção e a valorização de condutas éticas nas relações das empresas com o poder público e setor privado. Segundo o promotor Marco Aurélio Barros, o MP vem sendo cada vez mais demandado para fomentar a criação de programas de integridade nas empresas.

"A implantação desses sistemas busca evitar práticas e atos dúbios na relação das empresas com a administração pública", observa Barros.

O promotor lembrou que a Lei 12.846, conhecida como Lei do Compliance, estabeleceu que as empresas públicas e sociedades de economia mista adotassem estruturas, regras e práticas de gestão de risco e de integridade. Mais recentemente, a Lei 14.133, a chamada Lei das Contratações, criou novas normas. Agora, a legislação determina que na contratação de obras e serviços de grande vulto, o edital deve prever, obrigatoriamente, a implantação de programas de compliance, com duração de seis meses a partir da celebração do contrato.

"Esses marcos legais deixaram claro para o Ministério Público que há grande interesse na matéria", afirma Barros.

Para a procuradora Nahyma Ribeiro Abas (coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa), o momento é mais do que adequado para as empresas, sejam públicas ou privadas, adotarem práticas de compliance e de governança.

"Quanto mais integridade, mais transparência e mais compliance, a gestão pública vai evoluindo e a sociedade ganha com isso", diz ela.

Lago acrescenta que, no caso da Emap, ter um sistema de compliance é fundamental para lidar com o ecossistema portuário que envolve seis mil trabalhadores e 64 empresas. Por isso, a empresa redesenhou sua política institucional, refez o planejamento estratégico e implantou um programa de integridade.

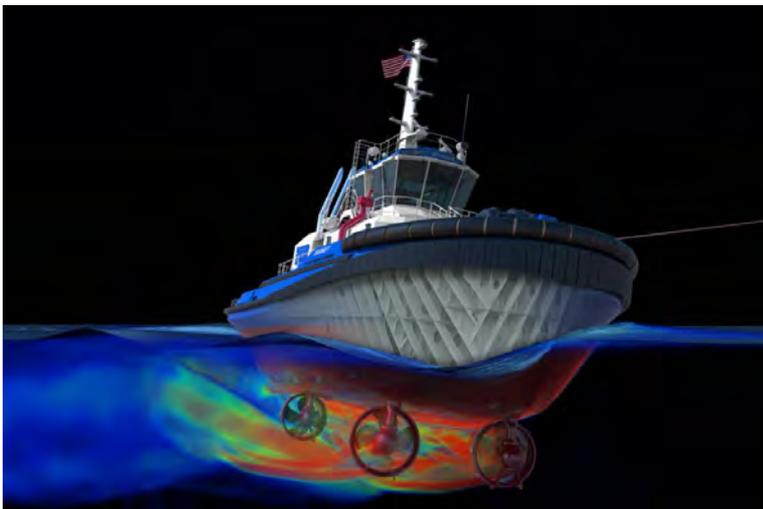
"Entendemos que essas medidas precisariam também refletir no mercado, de modo a melhorar as relações com a comunidade portuária. Neste contexto, criamos, por exemplo, um Código de Ética e abrimos canais de denúncias para quem quiser fazer uma reclamação", informa o diretor-presidente da Emap.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/06/2021

PRIMEIRO NAVIO COMERCIAL 3D DOS EUA ESTÁ EM CONSTRUÇÃO

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 28 Junho 2021



O American Bureau of Shipping (ABS), a Robert Allan (RAL), a Signet Maritime Corporation e a Guarda Costeira dos Estados Unidos (USCG) desenvolveram um navio comercial usando um processo de design 3D de ponta a ponta.

A embarcação, que as empresas afirmam ser a primeira dos EUA, receberá seu certificado de inspeção do USCG e será construída e operada pela Signet para na classe ABS.

As empresas desenvolveram o projeto utilizando apenas modelos 3D no

projeto e construção de todas as estruturas.

"Essa conquista marcante define o padrão para projetos futuros tanto nos Estados Unidos quanto internacionalmente. Junto com nossos parceiros voltados para o futuro, realizamos um sonho antigo da indústria de deixar para trás os planos de papel 2D e passar para a próxima geração de produção de embarcações", disse Christopher J. Wiernicki, presidente e CEO do ABS.

Ele acrescentou que as vantagens desse tipo de projeto são inúmeras e acredita que "uma vez que a indústria desenvolva a infraestrutura para lidar com modelos 3D em estaleiros, um processo 3D puro se tornará a abordagem padrão".

De acordo com as empresas, a embarcação contará com a designação de rotortug avançado (ART), desenvolvida em conjunto pela RAL e Rotortug (KST) BV para aprimorar o desempenho no manuseio de navios, suporte de terminal e reboque de escolta.

“A revisão do projeto 3D garante que o designer, engenheiro, gerente de produção, montador, soldador e topógrafo trabalhem com o mesmo modelo completo.

Em abril de 2020, o ABS concluiu um projeto piloto que usou modelos digitais 3D para pesquisas de classe, tornando-se assim o “primeiro da indústria” para apoiar qualquer estaleiro ou projetista que deseje enviar um modelo 3D para aprovação de classe.

Em fevereiro de 2021, a classificadora, junto com a Sembcorp Marine, 3D Metalforge e ConocoPhillips Polar Tankers Inc., fabricou, testou e instalou peças impressas em 3D funcionais a bordo do petroleiro "Polar Endeavor".

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 28/06/2021

PORTO DE CABEDELLO BATE RECORDE DE MAIS DE 13 MIL TONELADAS DE PETCOKE MOVIMENTADAS EM 24 HORAS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28 Junho 2021



A operação do navio graneleiro "Asahi Bulker", que chegou no Porto de Cabedelo para descarregar mais de 27 mil toneladas de petcoke, registrou no fim de semana um recorde de descarga na movimentação portuária da empresa Oxbow Brasil Energia.

No primeiro dia de operação, foram operadas 12 835,890 toneladas de petcoke em 24 horas. No segundo dia, um novo recorde. Em 24 horas de operação, 13.457,420 toneladas descarregadas.

Com isso, o navio operou cerca de 522 toneladas por hora, diminuindo o tempo de operação e os custos operacionais.

Além do trabalho de descarga, no Galpão 7 foi feito o enlonamento operacional, com o objetivo de proteger a carga, evitando a ação de sol, vento, chuva e desperdício da carga.

Nessa operação portuária, estiveram envolvidos 380 trabalhadores, entre eles segurança portuária, TPAs, motoristas, operador portuário, balanceiros, agência de navegação, setor de meio ambiente e setor e operação da Docas-PB. Todos muito comprometidos com a eficiência das operações, elevaram o compromisso logístico do Porto de Cabedelo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 28/06/2021

SPA LANÇA EDITAL PARA CESSÃO DE DUAS ÁREAS COMERCIAIS NO PORTO DE SANTOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28 Junho 2021

Interessados deverão explorar os espaços para serviço de apoio portuário por 20 anos

A Santos Port Authority (SPA) lançou edital de chamamento público para exploração comercial de duas áreas na Ponta da Praia, margem direita do Porto de Santos. O objetivo é identificar interessados em explorar os espaços para serviço de apoio portuário por meio de contrato de cessão de uso onerosa pelo prazo de 20 anos. No total, são 8,5 mil metros quadrados. O aviso de edital foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (28).

A Área 1 possui pouco menos de 2 mil metros quadrados e está localizada na esquina da Avenida Pedro Lessa com a Rua República do Equador. Até recentemente, foi sede do Sindicato dos

Taxistas. A Área 2 tem 6,5 mil metros quadrados e fica na Avenida Mário Covas Junior. O local foi sede do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo).

As áreas estão classificadas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos como não afetadas às operações portuárias. “Com mais essa iniciativa, reiteramos o compromisso de evitar ociosidade no porto organizado, oportunizamos a exploração de atividades comerciais correlacionadas ao negócio portuário e ampliamos as fontes de receita da SPA, no melhor interesse da administração”, destacou o diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da SPA, Bruno Stupello.

Para este chamamento, são considerados serviços de apoio portuário aqueles que dão suporte às atividades de movimentação de passageiros e/ou de mercadorias e/ou armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário. Não se enquadram neste chamamento estacionamento e atividades de características industriais, as quais são incompatíveis com a região, que é próxima a áreas residenciais.

O interessado deverá apresentar projeto conceitual contendo no mínimo: (i) descritivo dos serviços e instalações previstas, (ii) cronograma de implantação e operação empreendimento, (iii) proposta de remuneração devida à SPA pela ocupação da área com base no valor por metro quadrado (R\$/m²), e (iv) descrição e estimativa de valores dos investimentos que pretende realizar, se houver. Quem tiver interesse em ambas as áreas deverá apresentar projetos conceituais independentes.

Se houver mais de um interessado por área, a SPA realizará processo seletivo para cessão de uso onerosa nos termos da Portaria do Ministério da Infraestrutura nº 51 de 23 de março de 2021.

Interessados terão até 28 de julho para encaminhar o projeto conceitual e os documentos de qualificação listados no edital.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Nº 05/2021 – SPA

ÁREA DE CARÁTER COMERCIAL PARA APOIO PORTUÁRIO

ÁREA 1:

- 1.970 M²;
- Subdividida em 2 terrenos (separados por um muro de alvenaria);
- A área contém uma edificação composta por 3 pavimentos;
- Ponta da Praia (Santos/SP).



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Nº 05/2021 – SPA

ÁREA DE CARÁTER COMERCIAL

ÁREA 2:

PARA APOIO PORTUÁRIO

- 6.551 M²;

- Área composta por 2 pavimentos;

- Ponta da Praia (Santos/SP).



Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 28/06/2021

PRÉ-SAL PETRÓLEO DIVULGA RELATO INTEGRADO 2020

Da Redação OFFSHORE 28 Junho 2021



A Pré-Sal Petróleo (PPSA) publicou nesta segunda-feira (28) seu Relato Integrado 2020, que traz informações sobre o modelo de negócio e o desempenho da empresa. O documento segue a metodologia do International Integrated Reporting Council (IIRC), uma aliança internacional de empresas, reguladores, investidores, organismos de normatização, entidades contábeis e academia, constituindo-se como uma ferramenta de diálogo com os públicos de interesse e de prestação de contas à sociedade.

O relato traz uma abordagem das atividades da PPSA em suas três frentes de atuação: gestão dos contratos de partilha de produção, representação da União nos Acordos de Individualização da Produção e gestão da comercialização do petróleo e gás da União. O documento aponta melhoria da governança corporativa, investimentos em tecnologia e recursos humanos e o desempenho financeiro realizado no exercício.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 28/06/2021

COMPLEXO DO PECÉM TERÁ FÁBRICA DE GERADORES

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28 Junho 2021



Santana.

O governador Camilo Santana assinou, na sexta-feira (25) memorando de entendimento com a empresa catarinense Renovigi Energia Solar para a instalação de uma unidade de fabricação de geradores de energia solar no Complexo do Pecém, em São Gonçalo do Amarante.

“A empresa está entre as maiores fabricantes de sistemas fotovoltaicos do Brasil, com mais de 1 milhão de painéis solares já instalados no país. Atrair investimentos para o estado e ampliar a geração de empregos aos cearenses é nossa prioridade”, afirmou o governador Camilo

“Estamos muito satisfeitos com o interesse da Renovigi no Complexo do Pecém, pois a instalação dessa nova unidade produzirá modernos componentes de geradores de energia solar, uma energia limpa que nos motiva a seguir contribuindo com desenvolvimento da produção de energias renováveis no Complexo do Pecém”, pontua Danilo Serpa – presidente do Complexo do Pecém.

O investimento orçado para o projeto é da ordem de R\$ 12,4 milhões e será executado integralmente com recursos próprios da empresa.

“A escolha do Ceará foi estratégica para a Renovigi tanto pelos programas de incentivo aos renováveis deste estado como também pela infraestrutura. A unidade produtiva ficará dentro do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, o que facilitará que a matéria-prima chegue da Ásia pelos navios que devem atracar no porto. Estamos muito felizes em celebrar essa parceria e temos certeza que vamos contribuir muito para o desenvolvimento do estado”, disse o presidente da Renovigi, Gustavo Martins.

O número de unidades geradoras de energia solar no território cearense mais que dobrou em 2020. No ano passado, o estado registrou mais de 10 mil micro e mini unidades geradoras desse tipo, com crescimento de 130,8% em relação ao ano anterior. O Ceará tem 170,9 megawatts (MW) em operação nas residências, comércios, indústrias, propriedades rurais e prédios públicos.

Unidade do Complexo do Pecém

Segundo a Renovigi, a unidade do Complexo do Pecém será a terceira da empresa no país. As outras duas fábricas estão localizadas em Louveira (São Paulo) e outra em Itajaí (Santa Catarina). A escolha da localização no Ceará mira o potencial de crescimento dos negócios na região Nordeste, onde a empresa possui 535 credenciados, que são os parceiros e integradores da empresa na venda direta aos clientes. E a instalação da unidade produtiva facilitará a logística da fabricante catarinense de kits de geração de energia solar fotovoltaica.

O projeto estima a produção de cerca de 600 sistemas de geração por mês, significando 7.200 sistemas anualmente. A comercialização dos sistemas se dará, preponderantemente, nos estados da região Nordeste, mas em escala menor deverá atender também à região Norte. As duas regiões representam hoje 22% das vendas da companhia. A expectativa é que passem a responder por 30%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 28/06/2021

BIMCO ESPERA QUE A FROTA MUNDIAL CRESÇA EM RITMO MAIS LENTO NOS PRÓXIMOS 5 ANOS

Da Redação *NAVEGAÇÃO 27 Junho 2021*



BIMCO espera que a frota mundial cresça em ritmo mais lento nos próximos 5 anos

Apesar da recente onda de encomendas de construção vindos principalmente dos segmentos de porta-contêineres e transportadores de gás, a BIMCO prevê uma taxa de crescimento mais lenta para a frota mundial nos próximos cinco anos em comparação com os últimos cinco anos.

A associação aponta para o fato de que, apesar dos novos pedidos de porta-contêineres atualmente no pico dos últimos 14 anos, os estaleiros globais estão sob pressão. Com base no ritmo atual do mercado, a BIMCO avalia que 2021 está se encaminhando para ser o terceiro menor nível de pedidos de construção em 12 anos.

A taxa de crescimento mais substancial entre os 11 segmentos considerados de 2020 a 2025, de acordo com a BIMCO, se dará com petroleiros de GNL.

De acordo com a BIMCO, a frota de tanques de GNL atualmente é composta por 593 navios e 85% tem uma capacidade de transporte de carga na faixa de 100 mil a 200 mil metros cúbicos. No cenário da BIMCO, a frota de tanques de GNL alcançaria 819 navios no final de 2025.

Embora o mercado de petroleiros tenha sido afetado negativamente durante a pandemia, a BIMCO observa que a frota recebeu mais de 40 novos pedidos durante o ano até o momento. A frota de petroleiros de petróleo bruto consiste em 2.976 navios, de acordo com os dados da IHS Markit, e 34%.

Atualmente, os contêineres são o segmento que mais cresce. Neste ano, a BIMCO relata que 229 navios, totalizando 2,2 milhões TEUs, foram adicionados à carteira de pedidos.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 28/06/2021

LEILÃO PARA ARRENDAMENTO DE ÁREA DO PORTO DE SALVADOR SERÁ DIA 13 DE AGOSTO

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA 27 Junho 2021*



A área denominada SSD09, no Porto de Salvador, está entre os ativos que marcam a abertura da temporada de leilões do 2º semestre do Governo Federal. O Ministério da Infraestrutura, através da Antaq, lançou, no último dia 24 de junho de 2021, 4 editais de arrendamento para leilões de terminais portuários.

A área (brownfield) SSD09, com 16.026 m², é destinada à movimentação e armazenagem de carga geral, de projeto ou containerizada.

O arrendamento, na modalidade simplificado,

é celebrado para contratos de até R\$ 330 milhões, pelo prazo máximo de 10 anos, e os estudos são baseados em valores unitários para exploração de áreas em portos organizados.

O leilão está previsto para o próximo dia 13 de agosto, na @B3_oficial, em São Paulo.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 27/06/2021

LICITAÇÃO DO TERMINAL DE GRANEL SÓLIDO VEGETAL DO PORTO DE FORTALEZA SERÁ EM 13 DE AGOSTO

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA 27 Junho 2021*



Definida a data oficial de licitação do Terminal de Granel Sólido Vegetal do Porto de Fortaleza, conhecido como MUC01: 13 de agosto de 2021, na B³ em São Paulo. O edital publicado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) na quinta-feira (24) prevê o recebimento das propostas até 10 de agosto. O anúncio acontece no dia em que a gestão técnica da Companhia Docas do Ceará completa dois anos e ainda comemora a liderança no ranking da movimentação de trigo no país no ano passado, quando o Porto de Fortaleza importou 1.201.698 toneladas,

o que representa 17,8% da movimentação total do Brasil. A segunda posição ficou com o Porto de Santos (1.050.127) e a terceira com o Porto de Rio Grande (594.257 toneladas).

O processo de arrendamento do MUC01 passou por audiência pública conduzida pela Antaq em julho de 2020 e, após aprovação do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), está habilitado para avançar nesta fase final, que é a licitação. Com investimentos previstos da ordem de R\$ 50 milhões, o vencedor terá que melhorar a infraestrutura e equipamentos necessários para a operação, incluindo obras de derrocamento no berço 103 e aquisição de equipamento ship unloader (descarregador de navios). O arrendamento prevê pagamentos mensais de R\$ 63.231,54 mensais e mais R\$ 1,54 por tonelada movimentada para a CDC.

“Estamos atuando para que a CDC seja cada vez mais competitiva em um ambiente de negócios cada vez mais dinâmico. Nossa vocação é conectar o Ceará com o Brasil e o mundo e contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do estado e da capital cearense de forma sustentável, onde estamos inseridos. E esse avanço que temos obtido nos arrendamentos é resultado dos esforços empreendidos pelo ministro Tarcísio de Freitas, da Infraestrutura” - Mayhara Chaves, diretora-presidente da CDC

O Terminal de Granel Sólido Vegetal do Porto de Fortaleza ocupa uma área total de 6 mil m², com capacidade de escoamento da produção de até 769 mil toneladas até o término de vigência do contrato (25 anos) e é destinado à movimentação, armazenagem e distribuição de cargas – com destaque para o trigo. Somente o trigo movimentado no Porto de Fortaleza respondeu, nos últimos cinco anos, pela importação de 5,8 milhões de toneladas. A carga veio, principalmente, da Argentina, Estados Unidos e Canadá.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 27/06/2021

UE INCLUIRÁ O TRANSPORTE MARÍTIMO NO MAIOR MERCADO DE CARBONO DO MUNDO

Da Redação *NAVEGAÇÃO 27 Junho 2021*



A Comissão Europeia planeja incluir o transporte marítimo no maior mercado de carbono do mundo e criar um programa de comércio relacionado às emissões e também para o transporte rodoviário.

O braço executivo da UE está atualmente projetando a maior reforma do Sistema de Comércio de Emissões até o momento, a fim de alinhá-lo com metas climáticas mais rígidas para 2030. A comissão quer introduzir um período de introdução gradual para as companhias de navegação no sistema de comércio entre 2023 e 2025, exigindo total

cumprimento dos limites de poluição a partir de 2026, de acordo com um projeto de lei visto pela Bloomberg News.

A extensão do mercado ao transporte marítimo se aplica às emissões nas viagens e às emissões ocorridas no cais de um porto da UE.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/06/2021

MSC ADQUIRE MAIS CINCO PORTA-CONTÊINERES

Da Redação NAVEGAÇÃO 27 Junho 2021



Tendo adicionado cerca de 60 navios de segunda mão nos últimos 10 meses, a Mediterranean Shipping Company (MSC) não mostra nenhum sinal de desacelerar sua onda de compras, com corretores relatando a aquisição de mais cinco navios porta-contêineres.

A Clarksons relata a aquisição de um navio de 2.474 TEUs da Borealis Maritime, construído em 2005, por um preço não divulgado, e outro de 2.475 TEUs da Temas Line, construído em 2002, por US\$ 29 milhões.

Além disso, a Clarksons relata que no início do mês a MSC comprou um terceiro, 2.478 TEUs, de 2003, da Reederei Nord Klaus, outro de 4.250 TEUs construído em 2010 da Awilco um quinto, de 4.431 TEUs, da Borealis Maritime.

“A extraordinária expansão da frota própria da MSC nos últimos meses não tem precedentes na história do transporte marítimo de contêineres, com nenhuma transportadora jamais explorando o mercado de segunda mão em tamanha escala”, disse Alphaliner em um relatório recente.

Com sua carteira de pedidos, a MSC está a caminho de ultrapassar a dinamarquesa Maersk para se tornar a maior linha de contêineres do mundo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/06/2021



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOS SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercosshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercosshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006